

RELATÓRIO  
E CONTAS  
LOTAÇOR

2017



*Handwritten initials/signatures in blue ink.*

*Índice*

<b>A EMPRESA</b> .....	<b>2</b>
<b>CONTRATOS PROGRAMA – RAA</b> .....	<b>21</b>
<b>INVESTIMENTOS</b> .....	<b>23</b>
<b>RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>25</b>
<b>ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b> .....	<b>30</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>40</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016</b> .....	<b>45</b>
<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b> .....	<b>73</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b> .....	<b>83</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b> .....	<b>86</b>



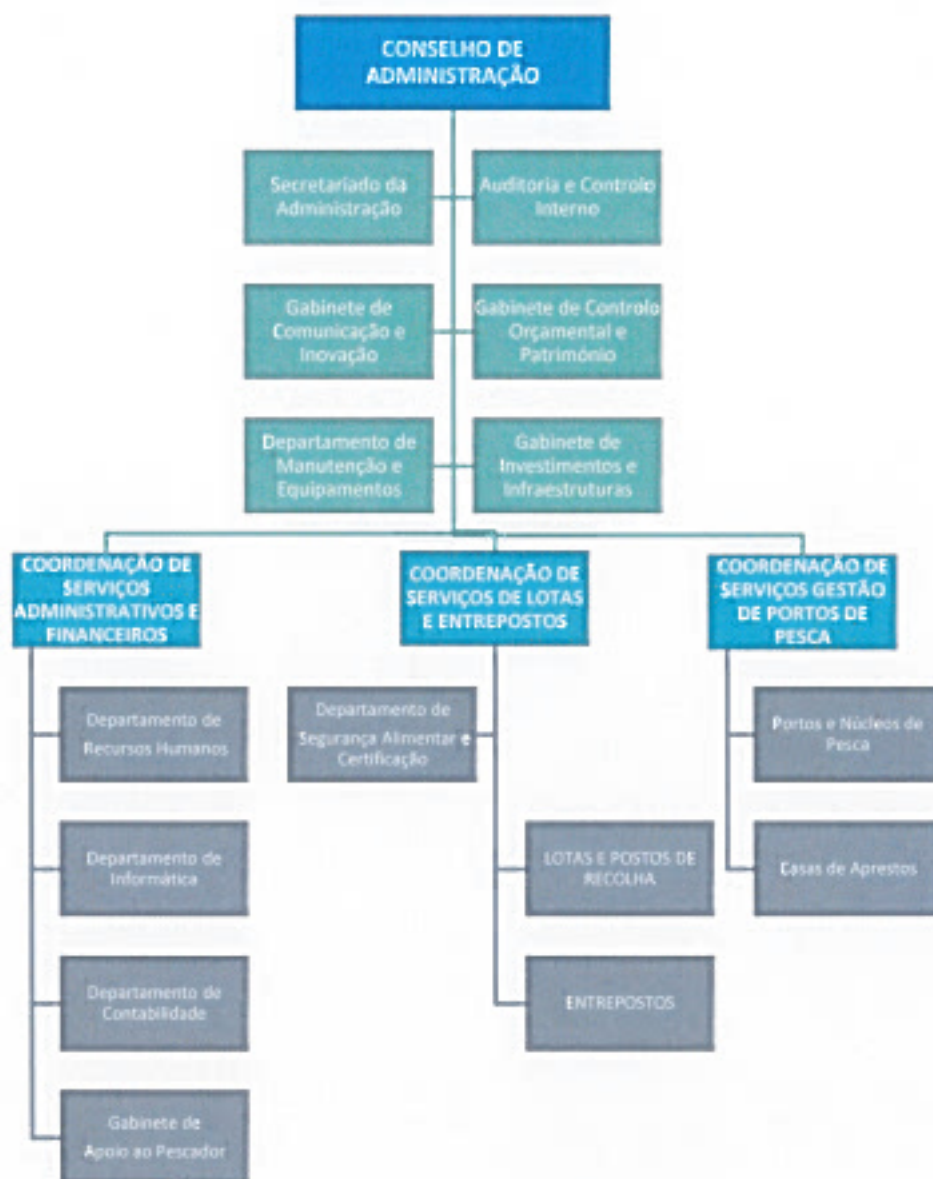
## A EMPRESA

## Informações Gerais

<b>Designação:</b>	<b>Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA</b>
<b>Estatutos:</b>	<b>Decreto Legislativo Regional n.º 19/2005/A, de 22 de julho</b>
<b>Objeto Social:</b>	Realização de todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, a exploração de portos de pesca e lotas, bem como a exploração das instalações e equipamentos frigoríficos destinados à congelação, distribuição e comercialização do pescado da Região Autónoma dos Açores, exercendo ainda outras atividades que estejam relacionadas, direta e indiretamente, no todo ou em parte com o seu objeto principal, designadamente através da prestação de outros serviços necessários à atividade das embarcações de pesca. Em conformidade com o artigo 20.º dos estatutos desempenha serviços de interesse público geral, a nível da exploração, prestação de serviços e investimentos nos portos de pesca da RAA.
<b>Capital Social:</b>	12.540.000 €
<b>NIF:</b>	512 013 322
<b>C.A.E. Principal:</b>	03111 Pescas Marítimas
<b>C.A.E. Secundária:</b>	35302 Produção de Gelo 52101 Armazenagem Frigorífica
<b>Estrutura Acionista:</b>	100% do capital detido pela Região Autónoma dos Açores
<b>Participações Financeiras noutras empresas:</b>	100% do capital social da empresa Espada Pescas, Unipessoal, Lda. 100% do capital social da empresa Santa Catarina - Indústria Conserveira, SA
<b>Sede:</b>	Rua Eng.º Abel Férin Coutinho, 15, 9500-191 Ponta Delgada (Açores)
<b>Contactos:</b>	Tel.: 296 302 580                      Fax: 296 302 589 E-mail: <a href="mailto:info@lotacor.pt">info@lotacor.pt</a> Sítio internet: <a href="http://www.lotacor.pt">www.lotacor.pt</a>

Organograma

*Handwritten signature/initials*



**Atividade**

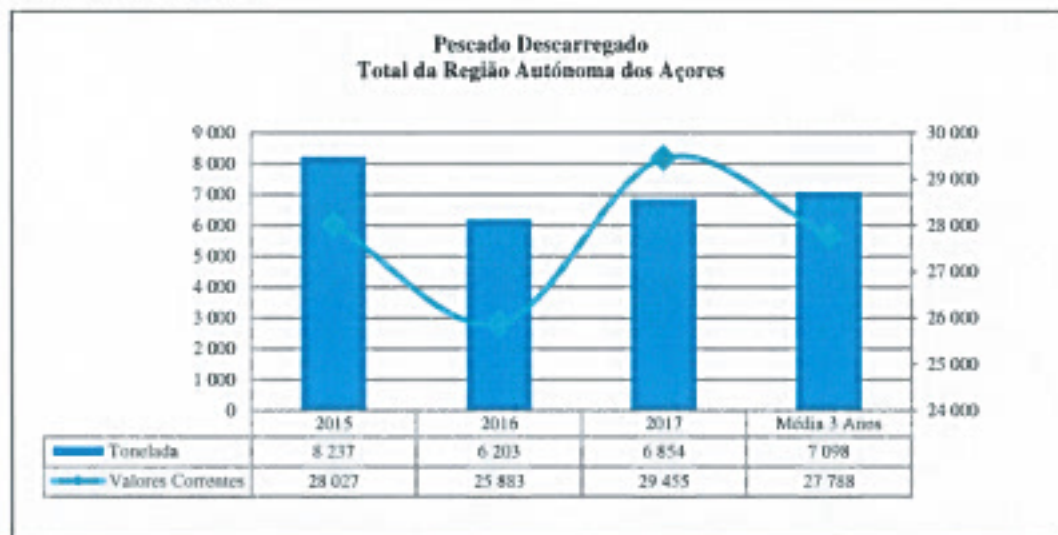
*Handwritten signature/initials in blue ink.*

**Evolução do Pescado Descarregado na Região Autónoma dos Açores**

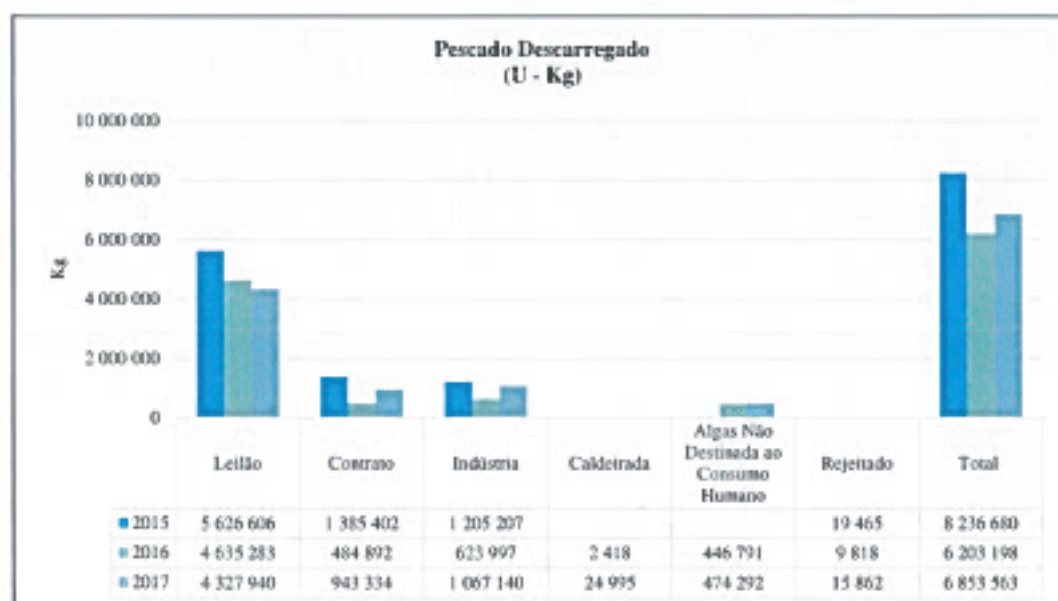
Em 2017, o pescado descarregado na Região Autónoma dos Açores foi na ordem das 6,9 mil toneladas, o que correspondeu a cerca de 29,46 milhões de euros, sendo a média dos últimos 3 anos de 7 mil toneladas e 27,8 milhões de euros.

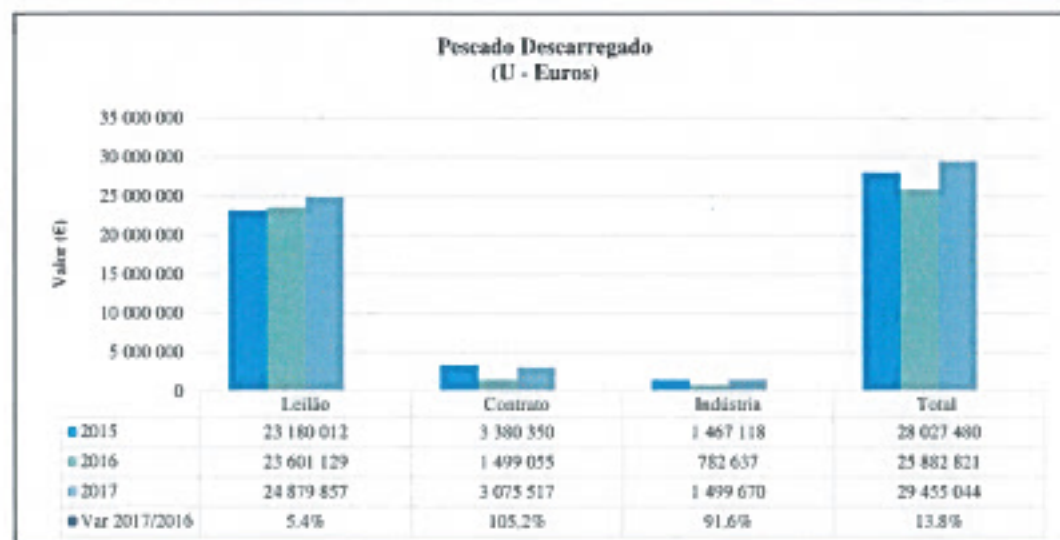
O pescado descarregado na Região, em 2017, registou um acréscimo de cerca de 651 toneladas, face ao ano anterior (mais 10,5%), em resultado da safra de atum ter sido superior em cerca de 964 toneladas, em relação a 2016. O valor do pescado descarregado subiu, também, cerca de 13,8%, de 2016 para 2017, dado que o preço médio por quilograma aumentou de 4,17 euros para 4,30 euros, por quilograma, de 2016 para 2017 (um crescimento de 3%; cerca de 13 cêntimos por quilograma).

No gráfico abaixo mostra-se a evolução das descargas na RAA nos últimos três anos (2015 a 2017), em que se verifica que o ano de 2017 se situou abaixo da média de descargas dos últimos 3 anos analisados em termos de volume (-3,4%), mas acima, em termos de valor (+6,0%).

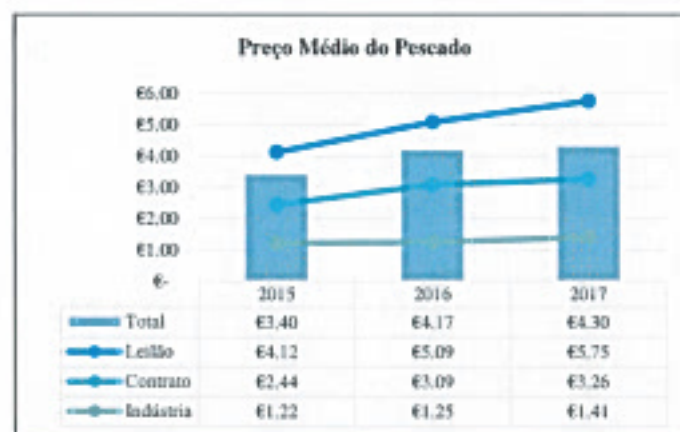


Em termos de quantidades descarregadas em 2017, o peso do pescado transacionado em lota (leilão) foi de 63,2%, o pescado com destino à indústria 15,6% e o pescado transacionado por contrato de abastecimento direto 13,8%.





De ressaltar que, por força da Portaria 68/2016, de 1 de julho, da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, a Lotaçor registou, para fins estatísticos, pesagens de algas não destinadas ao consumo humano, no total de 474 toneladas, sendo de 447 toneladas, em 2016, o que representa cerca de 6,9% do total das quantidades de pescado descarregado na RAA. Em termos de valor estas algas não tiveram qualquer influência na estatística do pescado descarregado. Os preços médios do pescado descarregado evoluíram da seguinte forma, ao longo do período em análise:

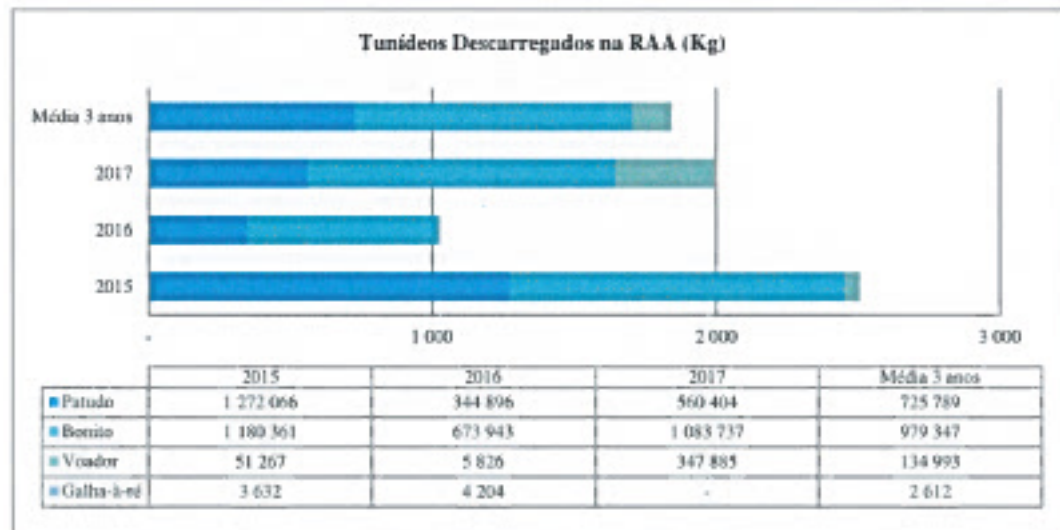


### Tunídeos Descarregados

Os tunídeos descarregados em 2017, na ordem das 1.994 toneladas, representaram 29,1% do total das descargas em 2017, tendo quase duplicado de 2016 para 2017 (+964 toneladas).

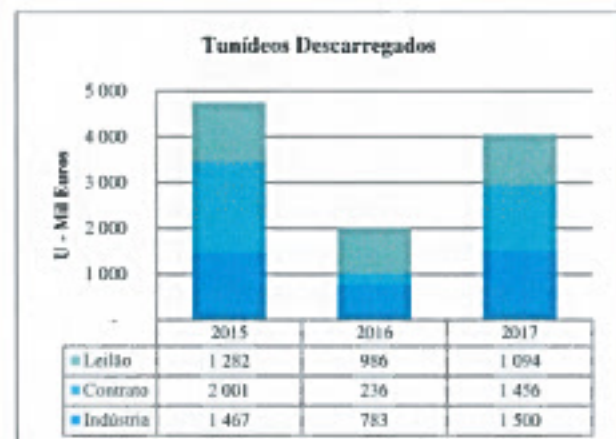
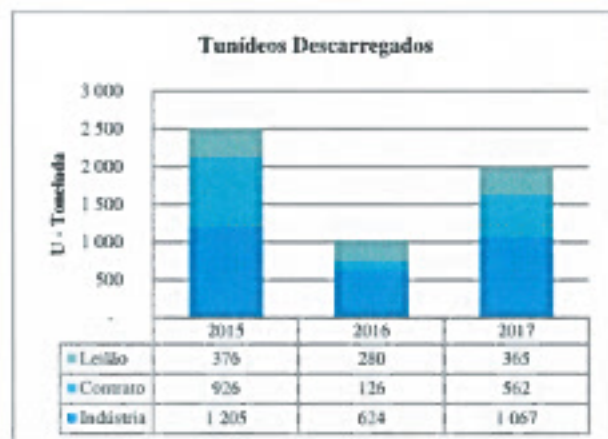
A espécie de atum mais descarregada em 2017 foi o Bonito, com 1.084 toneladas (cerca de mais 60,8% do que o ano anterior), seguindo-se o Patudo com 560 mil toneladas (cerca de mais 62,5% do que o ano anterior) e o Voador com 348 toneladas (tendo sido menos de 6 toneladas no ano anterior).

No gráfico a seguir apresenta-se a evolução das descargas de tunídeos nos últimos 3 anos:



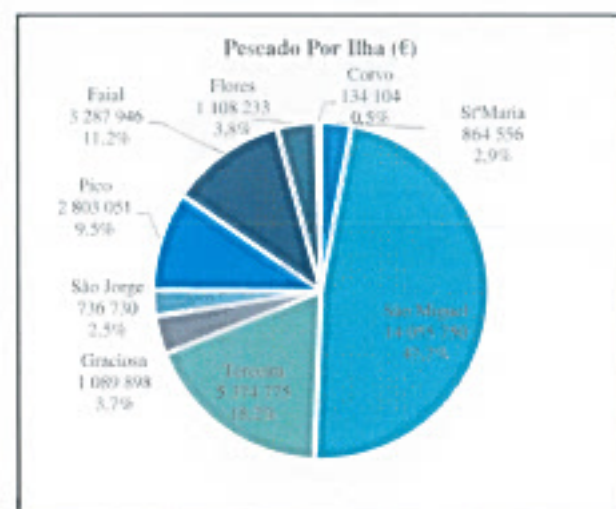
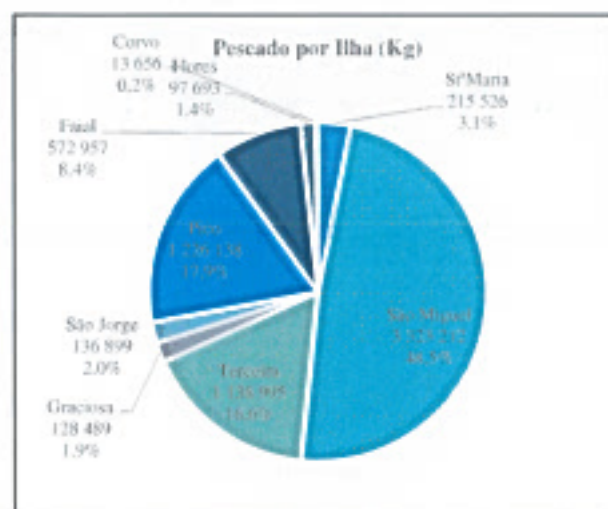
*Handwritten signature/initials in blue ink.*

Em termos de distribuição, os tunídeos descarregados apresentaram a seguinte evolução:



**Evolução e Distribuição do Pescado Descarregado por Ilha**

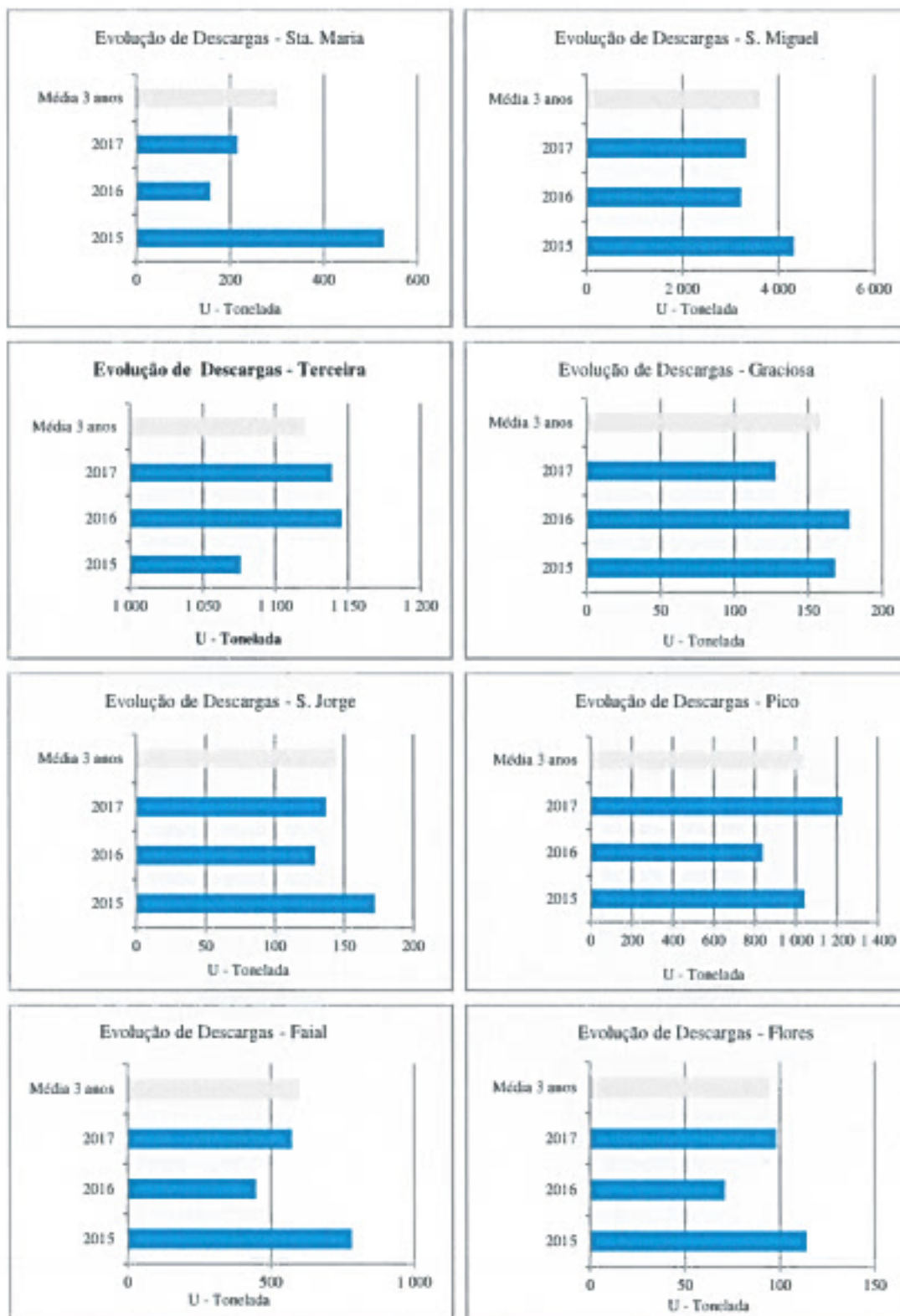
A ilha de São Miguel, em 2017, apresentou o maior peso das descargas (48,5%), seguindo-se o Pico com 17,9%, a Terceira com 16,6%, o Faial com 8,4% e as restantes ilhas a totalizar 8,6%. Em termos de valor, São Miguel representou 47,7%, a Terceira 18,2%, o Faial 11,2%, o Pico 9,5% e as restantes ilhas cerca de 13,9%.





De 2016 para 2017, apenas as ilhas Terceira e Graciosa diminuíram o volume das descargas, respetivamente, -0,6% e -28,1%. Na análise comparativa entre 2017 e a média dos últimos 3 anos, destacam-se positivamente a Terceira, Pico e Flores.

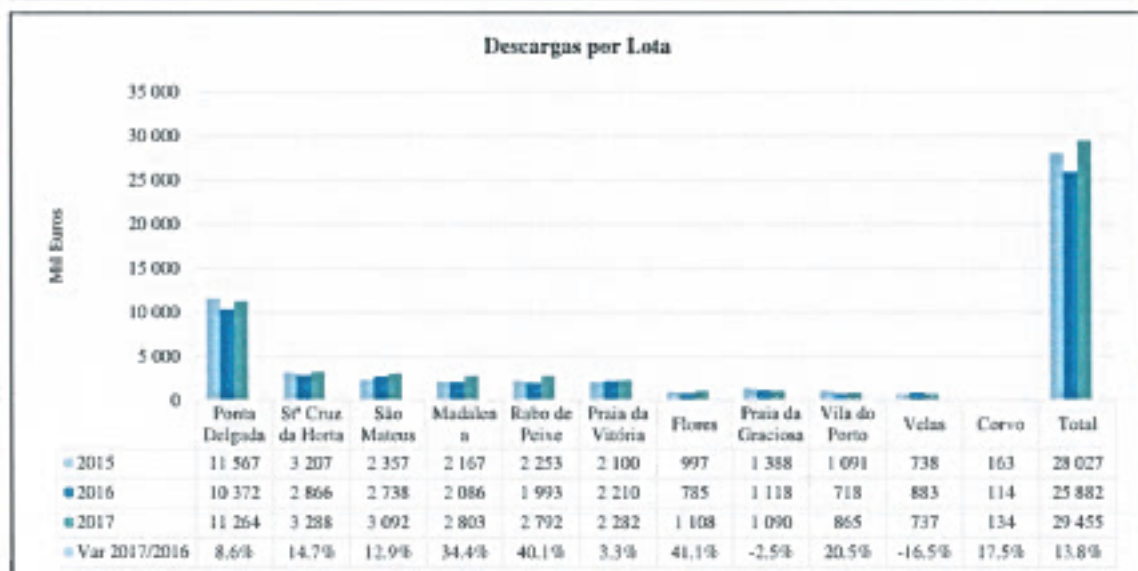
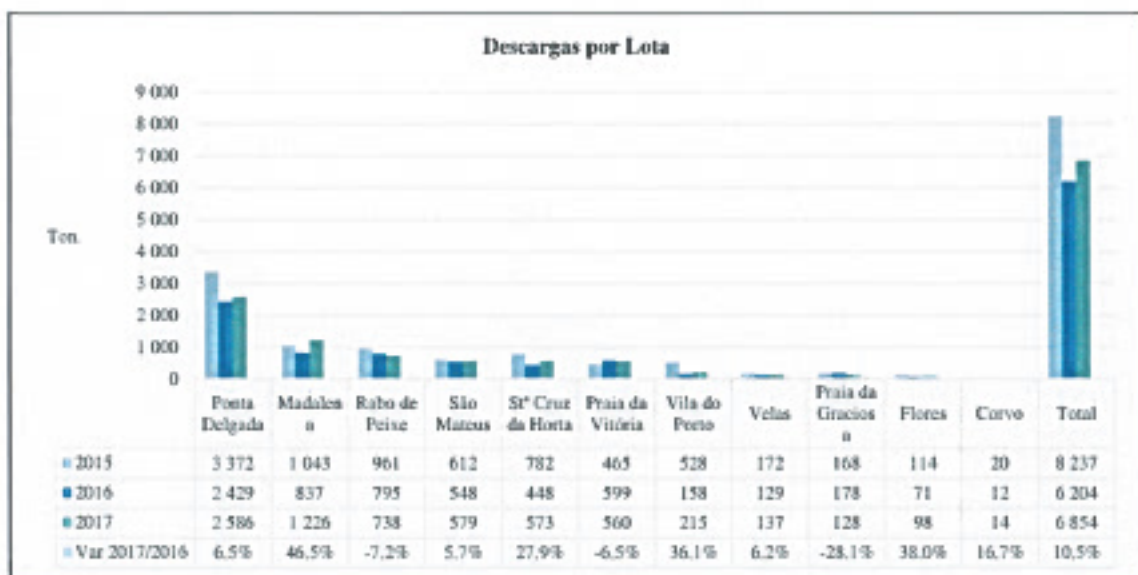
*Handwritten signature*





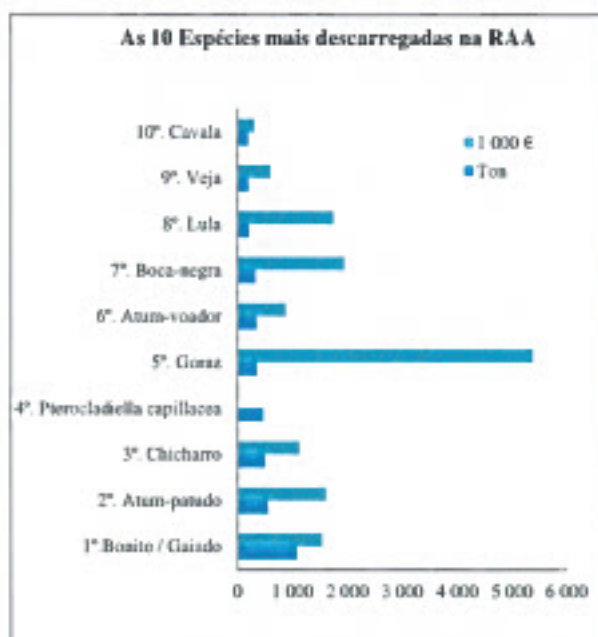
*Handwritten signature/initials in blue ink.*

**Pescado Descarregado por Lota**



**As 10 espécies mais descarregadas na RAA**

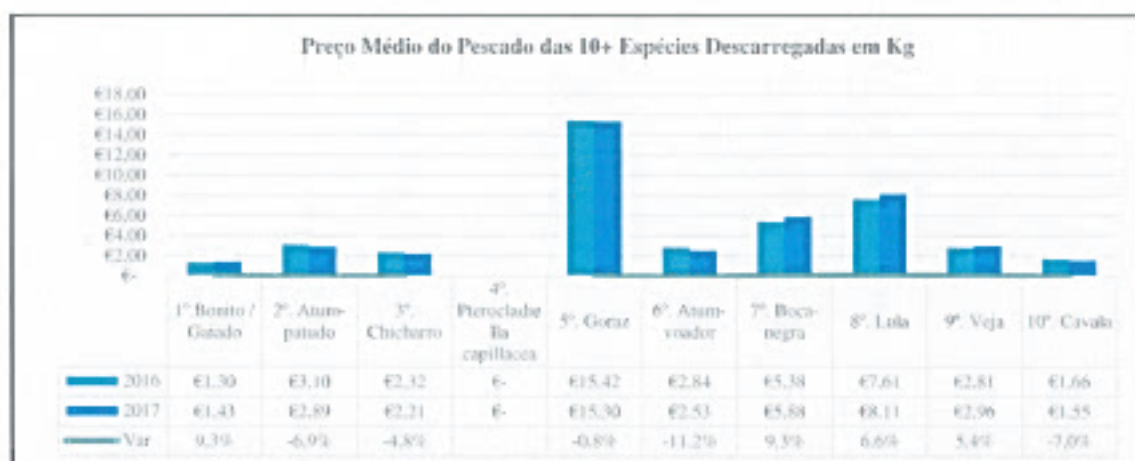
No gráfico seguinte estão discriminadas as 10 espécies de pescado com maior volume de descargas na Região, em 2017, representando 62,4% e 51,5% do total das quantidades e valores do pescado, respetivamente.



Em termos de peso das descargas, destacam-se, nos primeiros quatro lugares, o bonito (1.089 toneladas), o patudo (566 toneladas), o chicharro (509 toneladas) e as algas *pterocliadiella capillanea*<sup>1</sup> (470 toneladas).

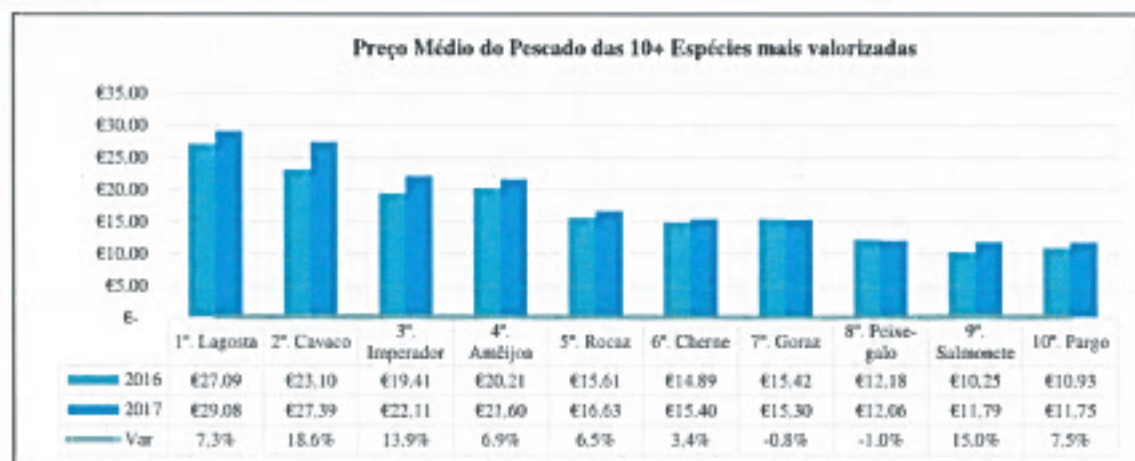
Salienta-se que, de acordo com a Portaria n.º 68/2016, de 1 de julho, a Lotaçor apenas controla as pesagens para fins estatísticos da espécie *pterocliadiella* (alga que não se destina ao consumo humano), pelo que o valor estatístico é nulo.

Da seleção das 10 espécies mais descarregadas, o goraz foi a espécie com maior preço médio em lota (15,30€/kg), seguindo-se a lula (8,11€/kg), o boca-negra (5,88€/kg) e a veja (2,96€/kg).



**As 10 espécies mais valorizadas (preço médio/kg mais elevado)**

As dez espécies de pescado descarregado mais valorizadas em termos de preço médio, em 2017, foram as indicadas no quadro abaixo:



<sup>1</sup> Espécie de algas não destinadas ao consumo humano

## Coordenação de Serviços de Lotas e Entrepostos (CSLE)

A Coordenação de Serviços de Lotas e Entrepostos, durante o ano de 2017, centrou-se na melhoria das condições higio-sanitárias dos estabelecimentos geridos pela Lotaçor, bem como na melhoria das condições de trabalho dos seus colaboradores. Com especial relevância, a aquisição de equipamentos, no valor de 758 mil euros, necessários para o funcionamento do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada, inaugurado em setembro de 2016, bem como a ampliação das infraestruturas frigoríficas da Lota de São Mateus, no valor de 70 mil euros.

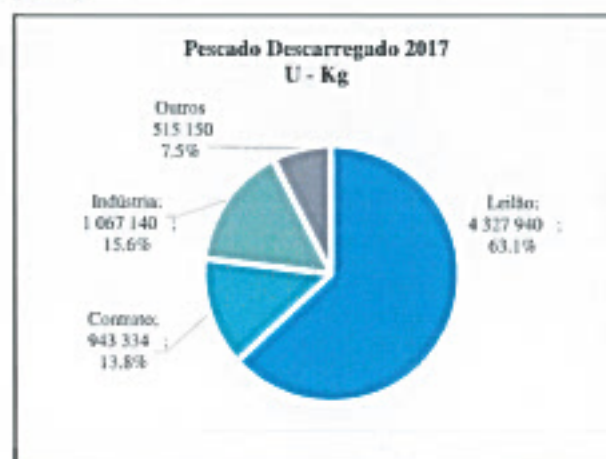
Neste seguimento, durante o ano de 2017, continuou-se a proporcionar um melhor serviço oferecido pela Lotaçor aos seus utilizadores diretos (armadores, pescadores e compradores), reforçando-se, igualmente, o cumprimento das melhoras práticas no âmbito do HACCP.

LOTAS E ENTREPOSTOS	2015	2016	2017
N.º de Lotas	11	11	11
N.º de Postos de Recolha	30	30	30
N.º de Entrepostos Frigoríficos	9	10	10
N.º de Máquinas de Gelo	52	50	47
Capacidade de Congelação (Ton/Dia)	160 Ton./Dia	360 Ton./Dia	360 Ton./Dia
Capacidade de Conservação de Produtos Congelados	5.242 Ton	6.210 Ton.	6.210 Ton
Capacidade de Conservação de Produtos Refrigerados	196 Ton.	350 Ton.	350 Ton.
Capacidade de Produção de Gelo	216 Ton/Dia	218 Ton/Dia	203 Ton/Dia

## Movimento das Lotas

Em 2017, a tendência das baixas quantidades do pescado descarregado manteve-se. No entanto, no conjunto global das descargas, que rondaram as 6.854 toneladas, verificou-se um aumento de quase mil toneladas de túnidos descarregados, comparativamente ao ano de 2016. O valor do preço médio por quilo de pescado descarregado aumentou para 4,30 euros/kg, o que representou um crescimento de 13 cêntimos/kg face a 2016, tal como referido anteriormente.

A maior fatia do pescado descarregado continuou a ser o da primeira venda através de leilão eletrónico (63,2%), seguindo-se o pescado transacionado por contrato destinado à indústria (15,6%), o pescado transacionado por contrato de abastecimento direto (13,8%) e 7,5% em outras formas, onde se engloba a caldeirada, o pescado rejeitado e as algas não destinadas ao consumo humano (7,5%).



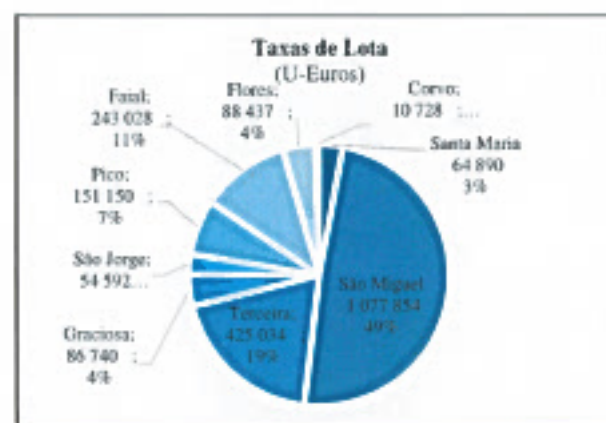
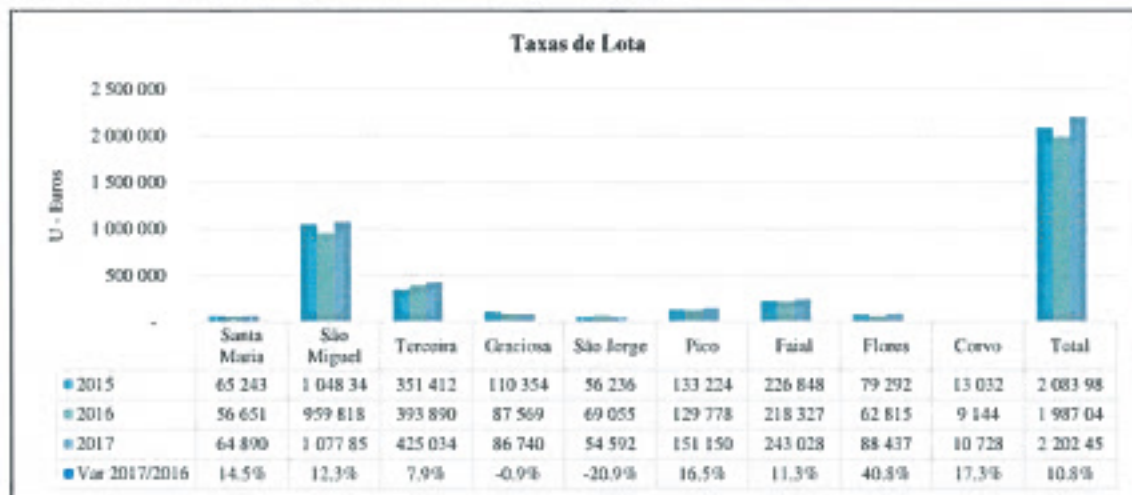
## Taxas de Lota

Em consequência do acréscimo do valor do pescado descarregado no ano de 2017, face a 2016, o montante global das receitas com taxas de lota aumentou cerca de 215 mil euros, ou seja, na ordem dos 10,8%, de 2016 para 2017.

U - Euros

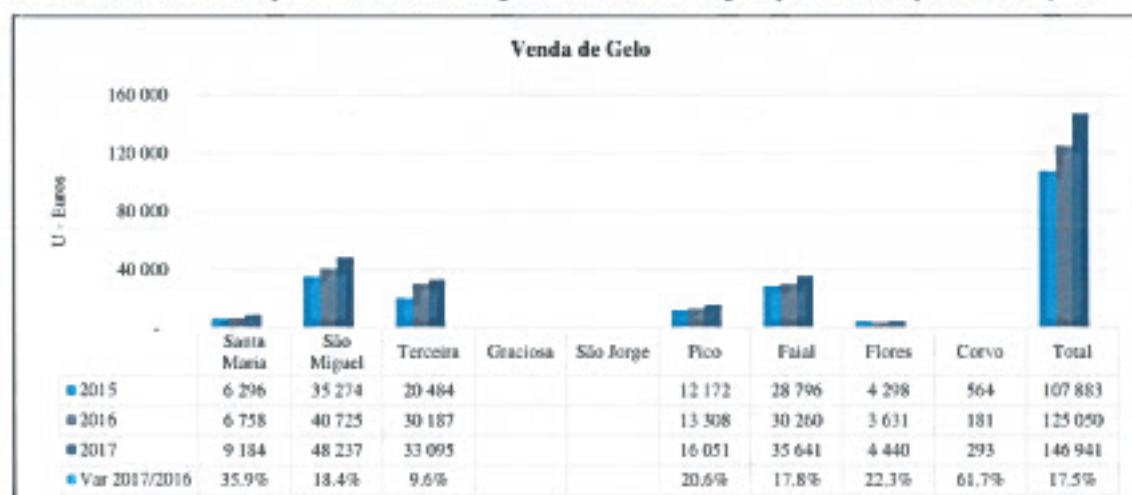
Taxas de Lota	2015	2016	2017	Var 2017/2016
Produtor	1 049 299	997 610	1 103 993	106 383 10,7%
Comerciante	1 034 683	983 563	1 091 634	108 071 11,0%
Pesagem de Algas		5 865	6 828	962 16,4%
<b>Total</b>	<b>2 083 982</b>	<b>1 987 039</b>	<b>2 202 454</b>	<b>215 416 10,8%</b>

Este aumento distribuiu-se por ilha, de acordo com os seguintes gráficos:



### Venda de Gelo

A venda de gelo, em 2017, no montante de 147 mil euros, subiu 17,5%, de 2016 para 2017 (mais cerca de 22 mil euros), fruto do aumento do volume de pescado. Foram as seguintes as vendas de gelo por ilha e respetiva evolução:



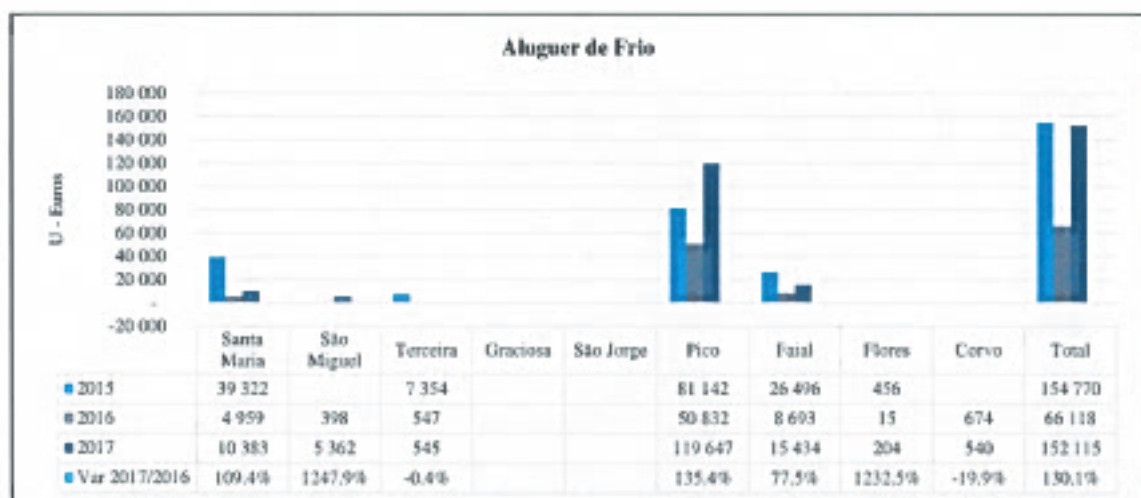


*Handwritten signatures and initials.*

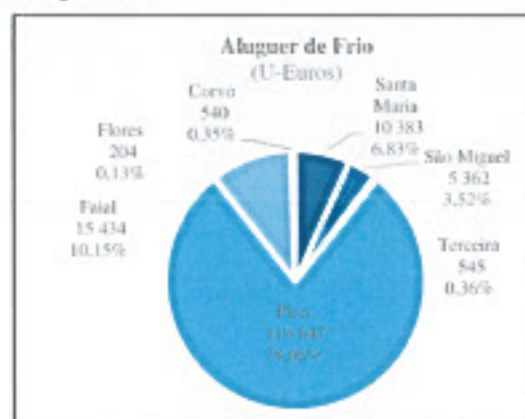
De referir que os tarifários praticados não sofrem qualquer atualização desde 1989.

#### Movimento dos Entrepostos Frigoríficos

Os proveitos provenientes dos serviços de aluguer de frio (congelamento e conservação) são totalmente condicionados pelas quantidades de atum descarregado, pelo que se verificou um aumento desta rúbrica, de 2016 para 2017, na ordem de 86 mil euros, dado que 2016 foi um ano atípico, e registando valores próximos de 2015.



Os valores apurados por ilha foram os seguintes:



Nas ilhas de Graciosa e São Jorge o aluguer de frio é, na totalidade, faturado pelas Associações de Pescadores. De referir que os tarifários praticados não sofrem qualquer atualização desde 1988.

#### **Departamento de Segurança Alimentar e Certificação**

A Lotaçor, sendo uma empresa prestadora do serviço de primeira venda de pescado fresco e de congelação e conservação de pescado congelado nos entrepostos frigoríficos dos Açores, tem vindo, de forma continuada ao longo dos anos, a modernizar e melhorar as suas instalações e procedimentos, com vista a enquadrar-se de forma eficiente na legislação em vigor, relativamente à segurança alimentar.

Em 2017, prosseguindo este objetivo, a Lotaçor melhorou, num processo contínuo, o sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do HACCP, adaptado às especificidades de cada um dos seus estabelecimentos.

Este sistema assenta essencialmente nos seguintes pré-requisitos:

- Capacitação (saúde e competência do trabalhador);
- Qualidade da água e do gelo;
- Controlo de pragas;
- Resíduos e efluentes;
- Manutenção da cadeia de frio;
- Higiene do pessoal, das instalações e dos equipamentos;
- Manutenção.

Por delegação de competências dos serviços oficiais, as médicas veterinárias, do quadro de pessoal da Lotaçor, deram continuidade ao serviço de inspeção sanitária do pescado transacionado, nas Lotas da ilha de São Miguel, e de decisão sobre o destino a dar ao pescado considerado “impróprio para consumo”.

Foram realizadas, em 2017, diversas auditorias internas aos edifícios e ao sistema HACCP implementado nas lotas e entrepostos frigoríficos da Lotaçor.

Em 2017, a certificação do sistema HACCP foi mantida nos seguintes estabelecimentos:

#### **Ilha de Santa Maria**

- Entrepasto Frigorífico de Vila do Porto
- Lota de Vila do Porto

#### **Ilha de São Miguel**

- Lota de Ponta Delgada
- Lota de Rabo de Peixe

#### **Ilha da Terceira**

- Lota da Praia da Vitória
- Lota de São Mateus

#### **Ilha da Graciosa**

- Lota da Praia

#### **Ilha de São Jorge**

- Lota das Velas

**Ilha do Pico**

- Lota da Madalena
- Entrepasto Frigorífico da Madalena

**Ilha do Faial**

- Lota de Santa Cruz da Horta

**Ilha das Flores**

- Lota de Santa Cruz

**Ilha do Corvo**

- Lota do Corvo



A Lotaçor continuou o seu esforço para garantir a aplicação das regras de higiene e segurança alimentar impostas pela legislação em vigor, melhorando progressivamente a qualidade dos seus serviços e a segurança dos produtos transacionados nas suas instalações.



## Coordenação de Serviços Administrativos e Financeiros (CSAF)

A Coordenação de Serviços Administrativos e Financeiros é responsável pelos serviços da estrutura da empresa, nomeadamente: Departamento de Informática, Departamento de Contabilidade, Departamento de Recursos Humanos e Gabinete de Apoio ao Pescador.

### Departamento de Informática

O Departamento de Informática, responsável pela plataforma informática da empresa, desenvolveu a sua atividade, em 2017, a apoiar e a modernizar todos os setores da empresa, dando cumprimento às alterações e apoio necessários ao bom funcionamento dos serviços.

Destacamos a contínua evolução no desenvolvimento de reportes internos e externos, através da intranet, contribuindo para que a articulação entre serviços seja uma realidade efetiva. Estes desenvolvimentos continuam a constituir bases de trabalho para todas as áreas de serviços.

Ainda em 2017, foi adjudicado o desenvolvimento de uma nova aplicação com vista ao processamento do serviço de segurança social da pesca. Esta nova aplicação, desenvolvida numa linguagem atual e eficaz, vem dotar os nossos serviços de procedimentos mais eficazes não só a nível de utilizadores, mas também, de uma forma geral, ao nível de toda a sua performance. Destacamos, ainda no seu desempenho, a possibilidade de exportação dos ficheiros DMR's (declaração mensal de remunerações) em formato aprovado pela Autoridade Tributária, facilitando assim as tarefas que estão a cargo das associações de pescadores no cumprimento das obrigações fiscais dos armadores.

No âmbito da atualização permanente da aplicação Gestconf foram implementados novos procedimentos pela empresa fornecedora deste sistema - SISAPTEC - bem como pelos serviços técnicos da Lotaçor.

### Departamento de Contabilidade

A atividade deste serviço pautou-se pela continuidade das medidas implementadas, marcadas continuamente por um controlo cada vez mais rigoroso das normas internas da empresa, na articulação com os diversos serviços, destacando-se o controlo rigoroso dos nossos fornecedores e clientes e nos pagamentos e recebimentos do pescado transacionado em lota. Neste âmbito, foi dado especial ênfase ao controlo de crédito a clientes e pagamentos do pescado, bem como o cumprimento da calendarização interna de tarefas envolvendo toda a equipa e coordenações respetivas, de forma a serem cumpridos rigorosamente os prazos do fecho contabilístico mensal, respondendo assim ao controlo de gestão atempado e à comunicação de dados ao acionista.

Foram, igualmente, tomadas novas medidas de controlo mais exigente no que concerne aos descontos efetuados pelas embarcações para aquisição de isco, bem como outros descontos efetuados pelos armadores.

Este serviço, em finais de 2017, assumiu todas as tarefas relacionadas com o processamento da segurança social da pesca, que transitou do Gabinete de Apoio ao Pescador.

### Departamento de Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos da empresa tem vindo a sofrer alterações na sua orgânica, tendo sido nomeado um Técnico Superior como responsável pelo departamento.

As exigências, quer ao nível de modernidade quer ao nível de responsabilidades, levaram-nos a reforçar a equipa, de forma a termos uma performance mais eficaz em áreas tão distintas e complexas para uma empresa com a nossa dimensão.

Das funções definidas, destacamos:

- O processamento dos salários e encargos devidos;
- A gestão da contratação, de acordo com a legislação em vigor;
- O plano de formação da Lotaçor;
- A medicina no trabalho;
- A reconversão/atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- A implementação do novo regulamento de proteção de dados;
- As novas metodologias na comunicação interna da empresa;
- O acompanhamento e apoio aos técnicos de higiene e segurança;
- O acompanhamento dos processos relacionados com acidentes e trabalho.



#### **Gabinete de Apoio ao Pescador**

Este gabinete, a funcionar na sede da Lotaçor em Ponta Delgada, na Casa do Pescador de Água de Pau, e na Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, manteve o apoio nos processos e procedimentos definidos, em articulação com a Direção Regional das Pescas e Associações de Pescadores, parceiros do setor.

Das funções definidas, destacamos:

- Elaboração de candidaturas ao POSEI – escoamento de pescado;
- Preenchimento das candidaturas para o FUNDOPESCA;
- Preenchimento das candidaturas ao regime de apoio à segurança no trabalho a bordo;
- Pedido de licenças de pesca e/ou autorizações para pescar (pedidos iniciais e renovações), bem como pedidos para artes adicionais;
- Preenchimento do rol de tripulação das embarcações e elaboração das Declarações de remuneração;
- Pedidos diversos às capitánias;
- Preenchimento das candidaturas ao abastecimento do gasóleo;
- Preenchimento das candidaturas ao regime de apoio a embarcações com motor fora de borda;
- Pedidos diversos, tais como: aquisição de embarcações, fretamento de embarcações, pedidos de embarque em embarcações.

Registe-se a redução do fluxo de trabalho deste Gabinete, tendo em conta o enquadramento verificado nos órgãos associativos de apoio ao setor, por via, não só do aumento do número de associações, bem como da qualidade do serviço por elas prestado, em prol dos seus associados, situação que nos apraz verificar.

**Coordenação de Serviços de Gestão de Portos de Pesca (CSGPP)**

A Coordenação de Serviços de Gestão de Portos de Pesca é responsável pelas áreas operacionais dos portos e núcleos de pesca e suas infraestruturas de apoio. Limpeza e higiene, casas de aprestos, assuntos relacionados com esta área de responsabilidade, questões administrativas correspondentes, gestão de utilização dos equipamentos auxiliares de alagem, gestão de acesso aos portos com condicionamento.

Em 2017, o trabalho desenvolveu-se de forma mais ativa nas áreas de gestão e atribuição de casas de aprestos, das recolhas de lixos, resíduos e óleos usados e em situações sobre medidas e critérios de uso dos meios disponíveis para fazer "aparelho". De forma a uniformizar os serviços, as matérias relativas a reparação, conservação e manutenção de equipamentos, da área dos portos de pesca, passaram a ser tratadas e resolvidas por serviço interno da empresa exclusivamente dedicado a estas funções.

Houve progressos significativos quanto ao respeito pelo uso e recurso aos equipamentos de alagem, ainda que os abusos não tenham sido completamente eliminados. Quanto a isso, o caminho que se vem trilhando, de maior disciplina e exigência, pode ajudar no objetivo de virem a ser usados apenas e só quando efetivamente seja indispensável.

Os núcleos de pesca dos portos da Praia da Vitória e Ponta Delgada e os portos de pesca da Ribeira Quente e Rabo de Peixe dispõem de espaços e cavaletes para feitura do "aparelho".

Os portos e núcleos de pesca da Praia da Graciosa, Praia da Vitória, S. Mateus da Calheta, Ponta Delgada, Caloura, Vila Franca do Campo, Ribeira Quente, Rabo de Peixe e Vila do Porto estão equipados com meios para recolha de óleos usados dos motores das embarcações de pesca.

No quadro abaixo descreve-se o número de casas de aprestos, rampas de alagem e ecopontos com meios de recolha de óleos usados, que se pretende venho a ser instalados em todos os portos e núcleos de pesca onde tal se justifique.

<i>PORTOS DE PESCA</i>	2015	2016	2017
Cavaletes para feitura de aparelho de pesca em P. Delgada e R. Peixe	19	19	19
Nº. Rampas de Alagem	58	59	59
Nº. Casas de Aprestos	671	671	671
Ecopontos (com meios de recolha óleos usados)	9	9	9

De referir que algumas casas de aprestos foram transformadas em espaços para prestação de outros serviços nomeadamente, no Corvo, nas Flores (em Santa Cruz e nas Lajes), e em São Miguel (Porto Formoso Mosteiros e Lagoa).

## Departamentos e Gabinetes de Apoio à Atividade da Empresa

### Departamento de Manutenção e Equipamentos

A organização e gestão das infraestruturas e equipamentos disponíveis na rede de frio da Região Autónoma dos Açores reveste-se de elevada importância para a consecução dos objetivos traçados para o setor das pescas.

A disponibilidade e operacionalidade dos equipamentos à disposição da rede de lotas, entrepostos frigoríficos e portos de pesca da Região são fatores que contribuem fortemente para a boa prestação dos serviços que a Lotaçor coloca à disposição do setor das pescas.

Tendo como objetivos principais uma execução orçamental rigorosa e o cumprimento do plano de intervenções traçado, relativamente aos custos de conservação e reparação de equipamentos básicos, o exercício relativo ao ano 2017 fechou com o valor de 282 mil euros que, comparativamente a 2016, que terminou com o valor de 253 mil euros, representa um aumento de 11,6% nos referidos custos. A variação em parte é justificada pelo acréscimo do parque de equipamentos.

Dos investimentos realizados em 2017 destacam-se: a instalação de uma máquina de produção e armazenagem de gelo no porto de pescas das Poças, ilha das Flores, no valor de 45 mil euros; a instalação de novo silo e sistema de conservação de frio na máquina de gelo do posto de recolha de Ponta Delgada, ilha das Flores, no valor de 14 mil euros; a modernização do sistema de pesagem da báscula do entreposto frigorífico de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, no valor de 9 mil euros; a instalação de novo condensador de arrefecimento na central de frio do entreposto frigorífico da Madalena, ilha do Pico, no valor de 46 mil euros; a instalação de novo sistema de refrigeração na câmara de conservação em refrigerados na lota de S. Mateus, ilha Terceira, no valor de 35 mil euros.

### Gabinete de Comunicação e Inovação

#### Comunicação

Toda a comunicação da empresa, externa e interna, encontra-se a cargo do gabinete. A nível externo, desenvolve a manutenção da página WEB da empresa, bem como a página no canal Facebook, e a produção de artigos para a imprensa. A nível interno, registamos a manutenção da informação na INTRANET e a produção da Newsletter mensal.

#### Vendas de Pescado "Online"

Dando seguimento à sua missão de promover e valorizar o peixe dos Açores, a Lotaçor, desde outubro de 2016, disponibilizou a todos os seus compradores o sistema de leilão online, facilitando assim a promoção/comercialização do peixe dos Açores à escala global. Esta nova ferramenta, de momento apenas disponível na lota de Ponta Delgada, conta já com alguns inscritos e vendas efetivas a empresas nacionais e internacionais. Este sistema visa o acesso ao leilão de um maior número de compradores, independentemente da sua localização geográfica, permitindo valorizar, cada vez mais, o nosso pescado.

Esta inovação não se prevê que tenha impacto significativo nos compradores locais, uma vez que, historicamente, noutras lotas no continente e na Europa onde este sistema já funciona, o leilão é responsável por cerca de 5% a 10% das transações de pescado".

No entender da Lotaçor, esta é também uma oportunidade de potenciar atividades empresariais relacionadas com embalamento e logística, necessárias a quem adquire pescado online.

### Marcação de Pescado

Dando seguimento à sua missão de promover e valorizar o peixe dos Açores, a Lotaçor continua com o projeto de marcação de pescado.

Esta iniciativa permite aos compradores de peixe acederem a uma página da Lotaçor na Internet, através de um código QR (*Quick Response*) presente na etiqueta, e recolher informação sobre o produto, garantindo a sua rastreabilidade.

Nesta fase continua a decorrer uma marcação a título experimental a apenas três espécies, avançando-se gradualmente em todas as etapas do processo até ser possível marcar todas as espécies que tenham a "Marca Açores".

## **Gabinete de Controlo Orçamental e Património**

### Controlo Orçamental

O Gabinete é responsável por toda a informação de gestão, permitindo o acompanhamento e controlo orçamental dos diversos setores da empresa. A cargo do gabinete está a produção do Orçamento e do Relatório e Contas da empresa.

### Património

A atualização constante do património da Lotaçor, atualização de documentação, bem como o apoio à gestão da carteira de seguros da empresa são tarefas deste gabinete.

## **Gabinete de Investimentos e Infraestruturas**

Este gabinete é responsável por todos os processos de contratação pública no que concerne a empreitadas e aquisição de equipamentos. É igualmente responsável por todo o processo relacionado com candidaturas a fundos comunitários, desde a sua elaboração até à conclusão do projeto.

*Handwritten signature*

## CONTRATOS PROGRAMA – RAA

Anualmente é celebrado o contrato programa para a exploração e prestação de serviços nos portos de pesca, por conta da Região Autónoma dos Açores.

O contrato programa referente ao ano de 2017 foi celebrado em 16 de março de 2017, para vigorar entre 1 janeiro e 31 de dezembro de 2017. No quadro abaixo, apresentamos quadro comparativo 2015-2017, com a evolução do contrato por rúbricas:

*U – Euros*

Contrato Programa com a RAA - Exploração e Prestação de Serviços nos Portos de Pesca		2015	2016	2017
1.	Gestão e Administração Portos Pesca	1 491 036	1 624 615	1 957 068
2.	Gestão Investimentos Portos Pesca	623 100	678 900	814 680
3.	Exploração e Prestação de Serviços relacionados c/ Máquinas de Gelo	344 085	374 898	449 878
4.	Exploração e Prestação de Serviços relacionados c/ Equipamento Frio	672 839	733 093	879 712
5.	Exploração e Prestação de Serviços relacionados c/ Comércio Pescado	9 936	10 826	12 992
6.	Celebração Protocolos c/ Instituições de Crédito	24 120	26 280	24 006
Valor Total (Sem IVA)		3 165 116	3 448 613	4 138 335
Valor IVA (Taxa de 18% s/ 3, 4, 5)		184 884	201 387	241 665
<b>Valor Total (C/ IVA)</b>		<b>3 350 000</b>	<b>3 650 000</b>	<b>4 380 000</b>

De referir que a repartição por centros de custo, conforme espelhado no contrato programa, é sempre efetuada por estimativa, com base em dados históricos e previsões estimadas.

No quadro abaixo, faz-se a discriminação de todos os contratos programas assinados em 2017, incluindo o IVA. Todos os contratos programas foram integralmente recebidos durante o ano respetivo.

*U – Euros*

Contrato Programa com a RAA	2015	2016	2017
Exploração e Prestação de Serviços nos Portos de Pesca	3 350 000	3 650 000	4 380 000
Formar	241 233	241 233	241 000
<b>Total (C/ IVA)</b>	<b>3 591 233</b>	<b>3 891 233</b>	<b>4 621 000</b>



## INVESTIMENTOS



Em 2017, o volume de investimentos ultrapassou os 5 milhões euros, sendo que, a quase totalidade foi proveniente da transferência patrimonial do entreposto frigorífico de Santa Clara, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, ao abrigo da Resolução do Conselho do Governo n.º 147/2017, de 27 de dezembro de 2017. Para além disto, verificamos que, cerca de 330 mil euros, relacionaram-se com a aquisição de ativos (na sua maioria equipamento básico, equipamento administrativo, programas e equipamentos informáticos) de valores relativamente baixos, que foram colocados ao dispor dos nossos serviços, de Santa Maria ao Corvo.

	U – Euros			
INVESTIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2017	CA	CSAF	CSLE	Total
<b>Santa Maria</b>			10 286	10 286
Equipamento Administrativo			87	87
Equipamento Básico			10 199	10 199
<b>São Miguel</b>	1 807	41 490	57 427	80 724
Edifícios e Outras Construções		8 843		8 843
Equipamento Administrativo	1 807	13 136	1 440	16 383
Equipamento Básico		5 466	19 469	24 935
Programas de computador		14 045		14 045
Outros ativos fixos tangíveis			16 519	16 519
<b>Terceira</b>			65 257	65 257
Edifícios e Outras Construções			28 897	28 897
Equipamento Administrativo			1 304	1 304
Equipamento Básico			35 056	35 056
<b>São Jorge</b>			131	131
Outros ativos fixos tangíveis			131	131
<b>Pico</b>			47 331	47 331
Equipamento Administrativo			374	374
Equipamento Básico			46 640	46 640
Outros ativos fixos tangíveis			318	318
<b>Faial</b>			1 054	1 054
Equipamento Administrativo			250	250
Equipamento Básico			1 520	1 520
Outros ativos fixos tangíveis			184	184
<b>Flores</b>			60 428	60 428
Equipamento Básico			60 428	60 428
<b>Corvo</b>			64 178	64 178
Edifícios e Outras Construções			62 050	62 050
Equipamento Básico			1 756	1 756
Outros ativos fixos tangíveis			372	372
<b>Total</b>	<b>1 807</b>	<b>41 490</b>	<b>286 992</b>	<b>330 289</b>

Apesar de, em 2016, ter sido aprovado pelo acionista o Plano de Investimentos Plurianual 2016-2020, elaborado pela Lotaçor, no valor global de 21.860 mil euros, o hiato de tempo existente entre a publicação do Regulamento Comunitário do FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas) e a publicação das Portarias Regionais para financiamento de projetos de investimento em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, contribuiu para o atraso no arranque dos investimentos previstos.

Mantinhm-se em curso, em 31 de dezembro de 2017, investimentos no montante aproximado de 300 mil euros, onde se destaca:

- Aquisição de equipamentos para o entreposto frigorífico de Ponta Delgada, ilha de São Miguel (FEAMP 0037), no montante de cerca de 207 mil euros;
- Prestação de serviços elaboração e projeto de empreitada de requalificação do entreposto frigorífico da Madalena, ilha do Pico (FEAMP 0048), no montante de cerca de 66 mil euros;
- Prestação de serviços, elaboração de projeto e execução, fiscalização da empreitada de melhoramento e ampliação do entreposto frigorífico das Velas, ilha de São Jorge (FEAMP 0039), no montante de cerca de 30 mil euros.



## RECURSOS HUMANOS

## Caracterização dos Recursos Humanos

*Handwritten initials/signature*

### Distribuição dos colaboradores por coordenação de serviço

O número de trabalhadores com vínculo à empresa, no final de dezembro de 2017, foi de 187, distribuídos da seguinte forma:

Dependência Direta do Conselho de Administração	34
Coordenação de Serviços de Lotas e Entrepostos	126
Coordenação de Serviços Administrativos e Financeiros	19
Coordenação de Serviços de Gestão de Portos de Pesca	8

### Distribuição dos colaboradores por ilha

Santa Maria	6
São Miguel	115
Terceira	23
Graciosa	3
São Jorge	4
Pico	15
Faial	18
Flores	1
Corvo	2

### Distribuição dos colaboradores por tipo de contrato

Em 31 de dezembro de 2017, o número de trabalhadores efetivos e contratados totalizava 187, dos quais 22 eram contratados a termo certo, 7 contratados a termo incerto, 153 quadros permanentes e os restantes 5 correspondem a outras situações.

No quadro e gráfico abaixo indica-se a repartição dos efetivos por tipo de contrato, onde se evidencia que 82% dos trabalhadores possui contrato permanente com a empresa, 12% dos trabalhadores tem um contrato a termo certo, os restantes 6% são referentes a contratos a termo incerto e outras situações.

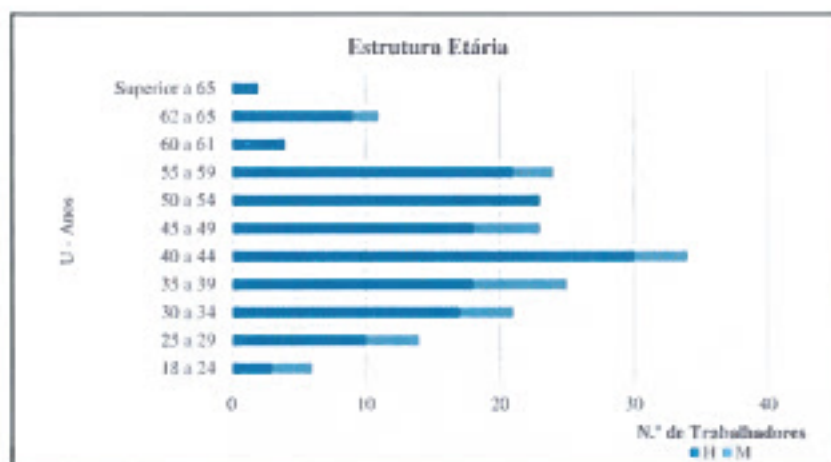
Contrato permanente	81,82%
Contrato a termo certo	11,76%
Contrato a termo incerto	3,74%
Outros	2,67%

De salientar que 83% dos trabalhadores são do sexo masculino (corresponde a uma diminuição de 2% face ao ano anterior).



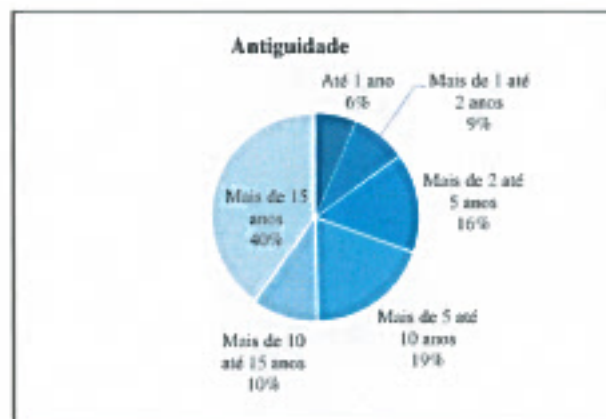
### Estrutura Etária

A média de idades dos colaboradores da Lotaçor situa-se nos 44 anos. No gráfico abaixo, apresenta-se a distribuição dos trabalhadores por escalões etários, onde se verifica que os escalões dos 40 aos 44 anos, 35 a 39 anos, 55 a 59 anos, 45 aos 49 anos, 50 aos 54 anos, são os que absorvem maior número de colaboradores (69%), seguindo-se o escalão dos 30 aos 34 anos (11%), dos 25 aos 29 (8%), dos 62 aos 65 anos (6%), dos 18 aos 24 (3%), dos 60 aos 61 (2%) e o escalão dos mais de 65 anos (1%).



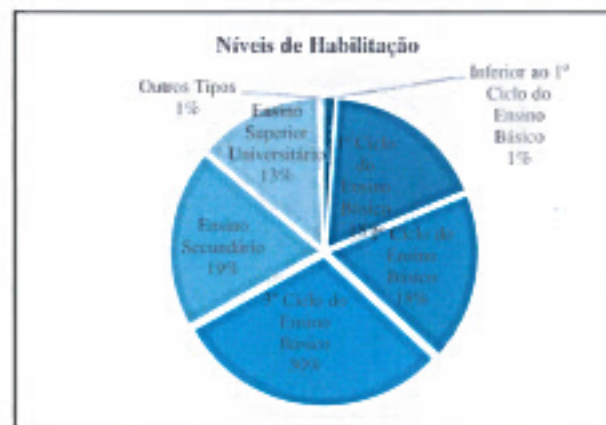
### Antiguidade

Cerca de 50% do pessoal (94 colaboradores) possui mais de 10 anos ao serviço da Lotaçor, conforme gráfico seguinte. Salienta-se que 19% (36 colaboradores) apresentam antiguidades entre 5 a 10 anos e 16% (29 colaboradores) antiguidades entre 2 a 5 anos.



### Habilitações

Verificamos que 30% dos trabalhadores possuem o 3º ciclo do ensino básico, 36% dos trabalhadores detêm o 1º e 2º ciclo do ensino básico, 19% têm o ensino secundário, sendo de 13% a percentagem de licenciados. Os níveis de habilitações repartem-se conforme gráfico a seguir indicado:



### Formação Profissional

Como é possível verificar através do mapa a seguir indicado, os trabalhadores da empresa participaram em ações de formação, abrangendo as seguintes áreas:

Tipo de Formação	Curso	Nº de Participantes	Carga Horária (Horas)
Interna	Higiene e Segurança Alimentar - Boas Práticas na Classificação do Pescado.	74	3
Interna	Higiene e Segurança no Trabalho - Equipamento de Proteção Individual.	58	2
Externa	Aplicação de PPS com Equipamentos de Pulverização Manual - Versão 3.	1	25
Externa	Operação e Manutenção de Empilhadores.	22	14
Externa	<i>Performance Tuning and Optimizing SQL Databases.</i>	1	24
Externa	<i>Server Virtualization with windows Server Hyper-V and System Center.</i>	1	30
Interna	Office Essencial.	55	14
Externa	Novas Realidades: Proteção de Dados, Projetos Turísticos e Fiscalidade.	3	2,3
Externa	Encarregado da Proteção de Dados.	2	14
Externa	Relatórios de Recursos Humanos com o Primavera.	2	7
Externa	Using - Processamento de Salários.	2	7
Externa	<i>Flash Learning - O Impacto das Mais Recentes Alterações Legais na Gestão de Recursos Humanos.</i>	2	1
Externa	II Jornada Regional Direito do Trabalho.	1	14
Externa	Gestão de Equipas.	1	12
Externa	O Tribunal de Contas, a Contratação Pública e a Fiscalização Prévia.	1	4
Externa	Principais Inovações no Código dos Contratos Públicos.	2	4
Externa	Programa <i>Advance</i> de Gestão Acelerar o Crescimento.	1	21
Externa	Iª Conferência Mundial de Salto e Vara, como Orador, sobre o tema, "Iniciativas para alcançar a rastreabilidade".	1	14

De salientar o esforço realizado no sentido de aumentar o número de horas de formação aos nossos colaboradores, sendo que, em 2017, foram efetuadas 1.633 horas de formação, num total de 18 categorias de formação.

### Medicina no Trabalho

A empresa e os seus colaboradores continuam a contar com a colaboração da empresa *Cemital*.

Em 2017, foram efetuados exames a 46 trabalhadores, nomeadamente 21 em São Miguel, 14 no Pico, 4 em Santa Maria, 3 no Faial e em São Jorge e 1 na ilha das Flores.

Exames Médicos	18 a 49 anos	Mais de 50 anos	Total
Homens	23	18	41
Mulheres	3	2	5
Total	26	20	46

### Saúde e Segurança no Trabalho

Em 2017, a Lotaçor manteve a organização de um serviço interno de segurança no trabalho, assegurado pelos dois técnicos superiores que iniciaram estas funções internas no ano de 2015.

Os trabalhos desenvolvidos pela equipa, durante o ano de 2017, incluíram:

- Planeamento e realização de formações relacionadas com o tema "Equipamento de proteção Individual", com o objetivo essencial de transmitir informação relevante sobre a importância e sobre as regras de utilização e de manutenção do equipamento de proteção individual distribuído;
- Planeamento e realização de auditorias internas em diversas lotas, entrepostos e postos de recolha;
- Levantamento de necessidades e distribuição de equipamento de proteção individual;
- Preenchimento de dados no anexo D do Relatório Único - Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho.

No geral, os trabalhos desenvolvidos em 2017 tiveram como principal objetivo a sensibilização de todos para o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's).

Apesar de todo o esforço realizado neste âmbito, no ano de 2017 foram participados 12 acidentes de trabalho, sendo que 11 ocorreram na ilha de São Miguel e 1 na ilha de São Jorge, sendo que 10 destes sinistrados eram do sexo masculino.


Foram participados mais 7 acidentes que no ano anterior, 2 dos quais corresponderam a recaídas de acidentes ocorridos em 2012 e em 2015. A categoria dos sinistrados em São Miguel, varia entre técnico superior, operador de venda, operador de lota, motorista e trabalhador de limpeza. Em relação ao acidente ocorrido em São Jorge, a categoria do colaborador é a de chefe de setor. Em média, o período de interrupção para o trabalho foi de 45,33 dias.

De salientar que este número sofreu um aumento significativo de 2016 para 2017, na ordem de 140%, embora 2 casos tenham sido recaídas, o que exigirá um reforço ainda maior da sensibilização para esta temática em anos seguintes.



## ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

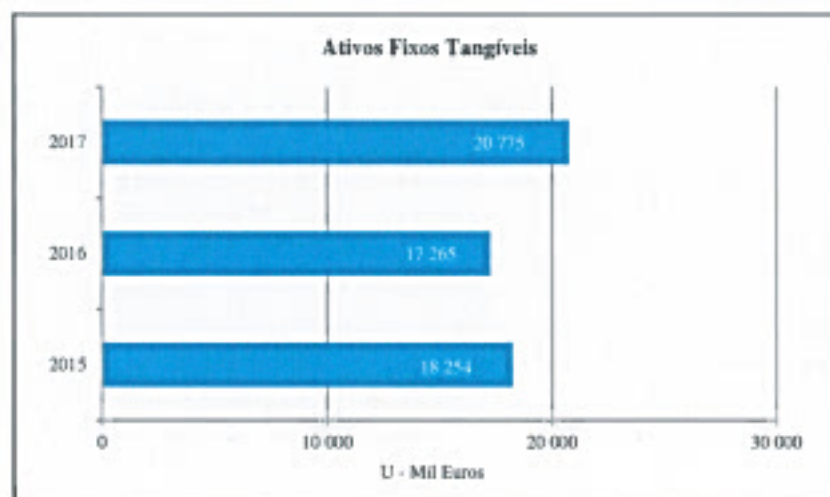
**Ativo**

U - Mil Euros  


ATIVO	2015	2016	2017	Var 2017/2016	
<b>Ativo não corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	18 254	17 265	20 775	3 510	20,3%
Ativos intangíveis	15	7	16	9	128,6%
Participações financeiras - método de equiv. patrimonial	785	560	249	(311)	-55,5%
Outros investimentos financeiros	9 908	10 925	12 878	1 953	17,9%
<b>Total do Ativo Não Corrente</b>	<b>28 962</b>	<b>28 758</b>	<b>33 917</b>	<b>5 159</b>	<b>17,9%</b>
<b>Ativo Corrente</b>					
<b>Inventários</b>					
Clientes	5 109	4 814	4 627	(187)	-3,9%
Estados e outros entes públicos	86	62	64	2	3,2%
Outros Créditos a Receber	3 900	1 579	1 217	(362)	-22,9%
Diferimentos		8	11	3	37,5%
Outros ativos financeiros	1 000	1 000	-	(1 000)	-100,0%
Caixa e depósitos bancários	1 054	100	149	49	49,0%
<b>Total do Ativo Corrente</b>	<b>11 149</b>	<b>7 563</b>	<b>6 068</b>	<b>(1 495)</b>	<b>-19,8%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>40 110</b>	<b>36 321</b>	<b>39 985</b>	<b>3 664</b>	<b>10,1%</b>

**Ativo não corrente**

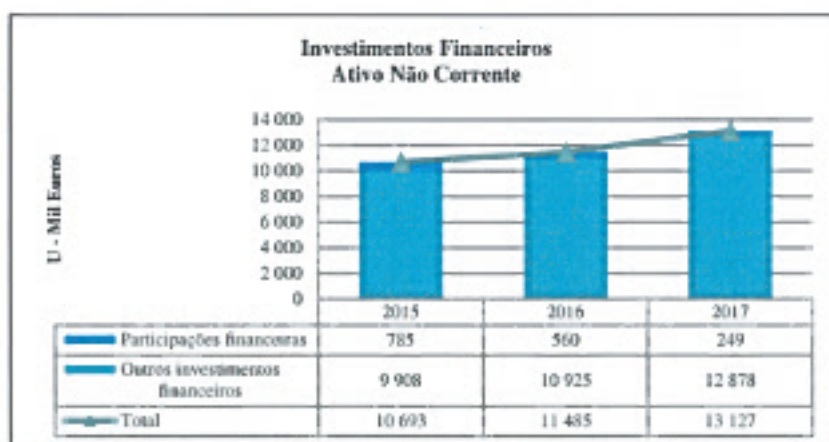
Os ativos fixos tangíveis, no montante de 20,8 milhões de euros, aumentaram, em termos líquidos de amortizações, cerca de 3.510 mil euros, de 2016 para 2017 (+20,3%), em resultado da Resolução do Conselho do Governo n.º 147/2017 de 27 de dezembro de 2017, pela cedência patrimonial por parte do acionista do terreno e imóvel que constitui o Entrepasto Frigorífico, situado na 2.ª Rua de Santa Clara, freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada. Os ativos intangíveis, no montante de cerca de 16 mil euros, dizem, essencialmente, respeito a programas informáticos, tendo uma evolução elevada, de 2016 para 2017, apesar do seu baixo valor.



As participações financeiras, no valor aproximado de 249 mil euros, resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial da subsidiária Espada Pescas – Unipessoal, Lda. e refletem o capital próprio desta subsidiária. Os outros investimentos financeiros no ativo não corrente (cerca de 12,9 milhões de euros) correspondem a empréstimos concedidos para reestruturação e saneamento financeiro da subsidiária Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA, cujo plano de reembolso consta do acordo financeiro entre ambas as empresas assinado em 15 de fevereiro de 2013, e com já dois



aditamentos (20 de maio de 2015 e 20 de março de 2018), estabelecendo um reembolso correspondente a prestações anuais e iguais de um milhão de euros para os anos de 2019 a 2030 e de 870.279 milhares de euros para o ano de 2031.



Em termos globais, o ativo não corrente, no montante de cerca de 33,9 milhões de euros, registou uma recuperação de cerca de 5,2 milhões de euros, face a 2016 (+17,9%).

#### Ativo corrente

No ativo corrente, as dívidas de clientes, no montante de cerca de 4,6 milhões de euros em 2017, diminuíram 3,9%, de 2016 para 2017 (menos 187 mil euros), em resultado de uma mais eficaz gestão da carteira de clientes. O saldo de clientes de cobrança duvidosa encontra-se totalmente provisionado.

A conta estado e outros entes públicos, no ativo corrente, no montante de cerca de 64 mil euros, subiu ligeiramente cerca de 2 mil euros de 2016 para 2017, dizendo respeito principalmente a IRC – pagamento por conta (cerca de 44 mil euros) e IRC - retenções na fonte (20 mil euros).

O somatório dos outros créditos a receber e diferimentos (ativo corrente) cifraram-se em cerca de 1,2 milhões de euros, diminuindo cerca de 360 mil euros, em 2017 face a 2016, como consequência da redução do valor em dívida dos armadores, no âmbito dos financiamentos bancários concedidos com aval da Lotaçor (Protocolos da pesca artesanal).

Os depósitos bancários e caixa, no valor de 149 mil euros, dizem respeito a depósitos à ordem e valores em caixa e cresceram cerca de 49 mil euros, de 2016 para 2017.

No global, o ativo corrente, no montante de 6 milhões de euros, diminuiu, face a 2016, cerca de 1,5 milhões de euros (-19,8%).

Em termos globais, o ativo (não corrente + corrente) de cerca de 40 milhões euros, cresceu cerca de 3,7 milhões de euros, de 2016 para 2017, ou seja, um aumento de 10,1%.

## Capital Próprio

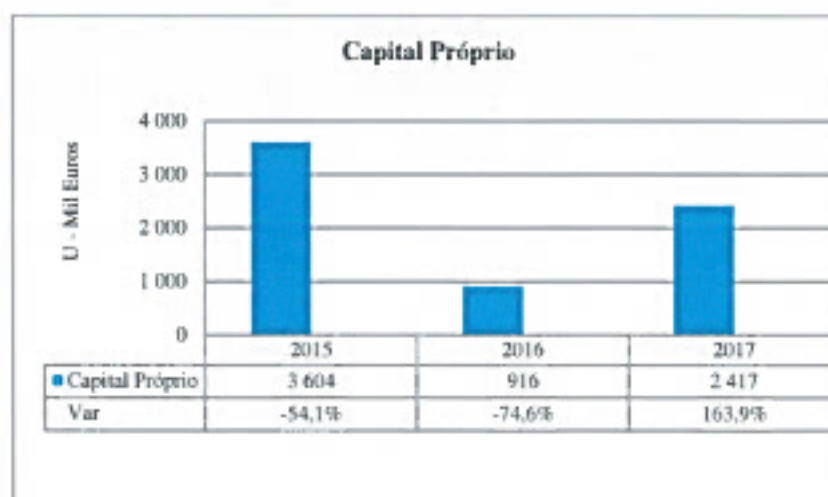
U - Mil Euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2015	2016	2017	Var 2017/2016	
<b>Capital próprio</b>					
Capital subscrito	6 750	7 600	12 540	4 940	65,0%
Reservas legais + Outra Reservas	79	79	79	0	0,0%
Resultados transitados	(12 228)	(14 489)	(16 666)	(2 177)	15,0%
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	11 263	9 903	8 613	(1 290)	-13,0%
<i>Resultado líquido do período</i>	<i>(2 261)</i>	<i>(2 177)</i>	<i>(2 150)</i>	27	-1,2%
Interesses minoritários					
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>3 604</b>	<b>916</b>	<b>2 417</b>	<b>1 501</b>	<b>163,9%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Estado e outros entes públicos	575	500	475	(25)	-5,0%
Financiamentos obtidos	18 694	19 622	23 076	3 454	17,6%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		200	168	(32)	-16,0%
Passivos por impostos diferidos					nd
Outras dívidas a pagar	1 898	1 692	1 544	(148)	-8,7%
<b>Sub Total - Passivo não corrente</b>	<b>21 167</b>	<b>22 015</b>	<b>25 263</b>	<b>3 248</b>	<b>14,8%</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores	429	962	996	34	3,5%
Estado e outros entes públicos	227	259	297	38	14,7%
Financiamentos obtidos	12 227	9 137	8 629	(508)	-5,6%
Outras dívidas a pagar	2 327	3 032	2 385	(647)	-21,3%
Diferimentos	129	0	0	0	nd
Outros passivos financeiros					
Passivos financeiros + Passivos não correntes detidos para venda					
<b>Sub Total - Passivo Corrente</b>	<b>15 339</b>	<b>13 390</b>	<b>12 306</b>	<b>(1 084)</b>	<b>-8,1%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>36 506</b>	<b>35 405</b>	<b>37 569</b>	<b>2 164</b>	<b>6,1%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>40 110</b>	<b>36 321</b>	<b>39 985</b>	<b>3 664</b>	<b>10,1%</b>

### Capital próprio

Em consequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 147/2017, de 27 de dezembro, o capital social da empresa aumentou cerca de 5 milhões de euros.

O capital próprio da empresa, em 31 de dezembro de 2017, cifrava-se em 2.417 mil euros, o que corresponde a um aumento de 1,5 milhões de euros, de 2016 para 2017. Os principais motivadores desta evolução, além do aumento do capital social mencionado, foram a cobertura de resultados por esta via e pela imputação dos subsídios ao investimento aos capitais próprios.



**Passivo****Passivo não corrente**

As dívidas ao *Estado e Outros Entes Públicos* no médio e longo prazo, no montante de 475 mil euros em 2017, dizem respeito, na sua maioria, aos acordos com a segurança social, que consistiram na celebração, em anos anteriores, de planos de pagamento prestacionais com esta entidade e diminuíram cerca de 25 mil euros, de 2016 para 2017.

Os financiamentos bancários obtidos, classificados no médio e longo prazo, no montante de 23,1 milhões de euros, em 2017, cresceram cerca de 17,6%, de 2016 para 2017. As responsabilidades por benefícios pós emprego (fundo de pensões) diminuíram cerca de 32 mil euros, de 2016 para 2017.

As outras dívidas a pagar, no passivo não corrente, registaram um decréscimo de 8,7%, de 2016 para 2017, tendo como contributo principal os ajustamentos em subsídios não reembolsáveis.

**Passivo corrente**

O passivo corrente, no montante de 12,3 milhões de euros, apresentou uma diminuição de cerca de 1 milhão de euros, de 2016 para 2017. As dívidas a fornecedores no curto prazo (996 mil euros) registaram um aumento de 34 mil euros, de 2016 para 2017, devido ao plano acordado com a empresa EDA – Eletricidade dos Açores. As dívidas ao estado e outros entes públicos (297 mil euros) no curto prazo, aumentaram cerca de 38 mil euros de 2016 para 2017 (+14,7%). As outras dívidas a pagar e outros passivos correntes, cifrando-se em 2,4 milhões de euros, decresceram de 2016 para 2017, 647 mil euros.

No global, o passivo da empresa (não corrente e corrente) totaliza 37,6 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 2,2 milhões de euros, ou seja, mais 6,1% face ao ano anterior.

## Gastos

GASTOS	U - Mil Euro				
	2015	2016	2017	Var 2017/2016	
Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos	215	117	174	57	48,7%
Fornecimentos e serviços externos	2 250	2 123	2 026	-97	-4,6%
Gastos com o pessoal	3 564	3 894	3 940	46	1,2%
Inparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	100	134	980	846	631,3%
Outros gastos	381	226	267	41	18,1%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 947	2 008	1 997	-11	-0,5%
Juros e gastos similares suportados	1 395	1 232	1 279	47	3,8%

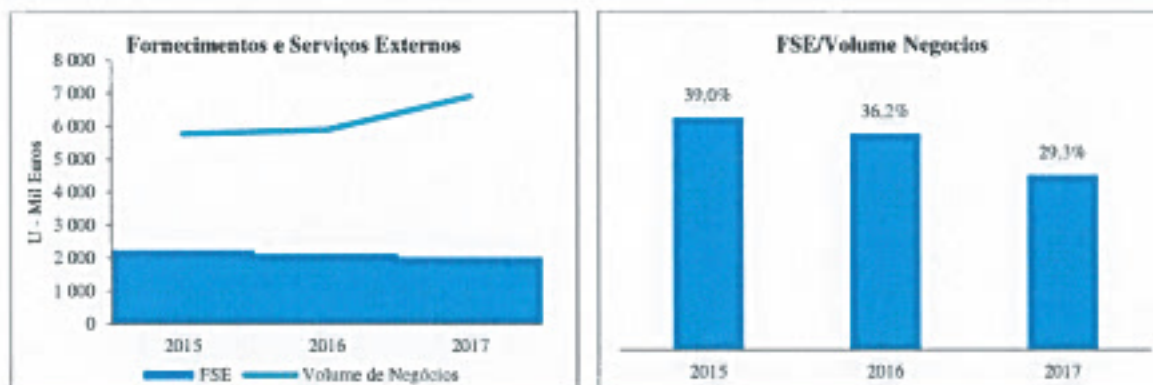
### Perdas imputadas de subsidiárias e associadas

Pela aplicação do método de equivalência patrimonial, o resultado líquido negativo da subsidiária Espada Pescas, em 2017, de cerca de -174 mil euros, teve influência direta e negativa no resultado líquido do exercício da Lotaçor, sendo responsável por cerca de 8,1% do prejuízo da empresa.

### Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos, no valor de 2.026 mil euros, diminuíram 97 mil euros face ao ano anterior, que foi de 2.123 mil euros, ou seja, menos 4,6%. Os fornecimentos e serviços externos representaram 29,3% do volume de negócios, sendo que, em 2016, representaram 36,2%.

Mais uma vez, salienta-se o enorme esforço realizado no sentido da contenção dos custos com fornecimentos e serviços externos, nomeadamente em *Deslocações, Estadas e Transportes (-22,4%)*, *Materiais (-15,6%)* e *Serviços Especializados (-8,1%)*.

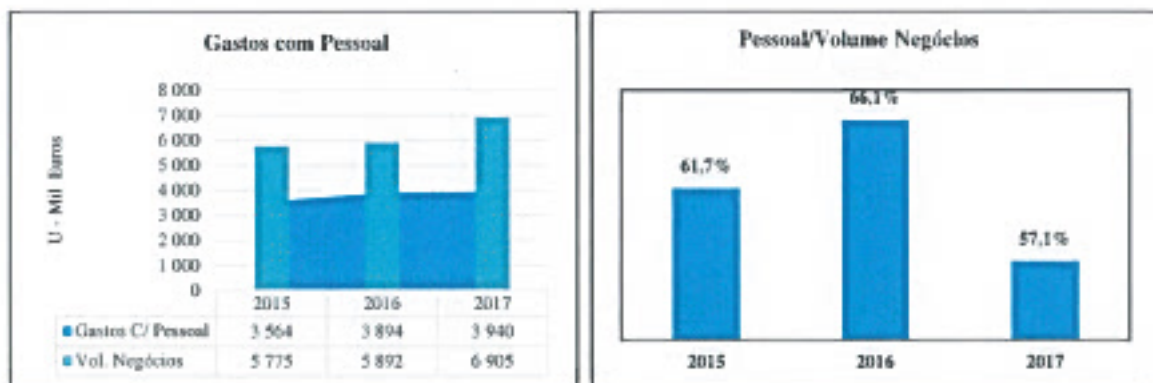


### Gastos com pessoal

Os gastos com o pessoal, no montante de 3.940 mil euros, registaram um ligeiro aumento de cerca de 47 mil euros (+1,2% face ao ano anterior), em resultado, da reposição dos cortes salariais e descongelamento de carreiras, de acordo com o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Gastos Com Pessoal	U - Mil Euros				
	2015	2016	2017	Var 2017/2016	
Remunerações CA	111	117	120	3	2,6%
Remunerações Pessoal	2 680	2 796	2 964	168	6,0%
Benefícios Pós-Emprego	80	238	71	-167	-70,2%
Encargos S/ Remunerações	645	674	708	34	5,0%
Seguro de AT	18	25	29	4	16,0%
Gastos de Ação Social	20	38	21	-17	-44,7%
Outros Gastos c/ Pessoal	10	6	28	22	366,7%
<b>Total</b>	<b>3 564</b>	<b>3 894</b>	<b>3 941</b>	<b>47</b>	<b>1,2%</b>

O peso dos gastos com pessoal no volume de negócios evoluiu de 66,1%, em 2016, para 57,1%, em 2017.



#### Imparidades de dívidas a receber (perdas e reversões)

Foram registadas imparidades de dívidas a receber líquidas de reversões, em 2017, de cerca de 980 mil euros. As imparidades de dívidas a receber, em 2017, foram provenientes de clientes (597 mil euros) e de outros devedores de incumprimentos do protocolo de pesca artesanal (410 mil euros). Foram ainda registadas, em 2017, reversões de clientes no valor de cerca de 6 mil euros e de outras contas a receber de cerca de 20 mil euros.

#### Outros gastos

No montante de 267 mil euros, a conta de outros gastos registou um acréscimo de cerca de 41 mil euros, face ao ano anterior (+18,1%). Nesta rubrica, o valor mais relevante refere-se a impostos, no montante de 222 mil euros, que provêm, na sua maioria, de imposto do selo sobre o capital, comissões e juros dos financiamentos bancários.

#### Gastos de depreciação e de amortização

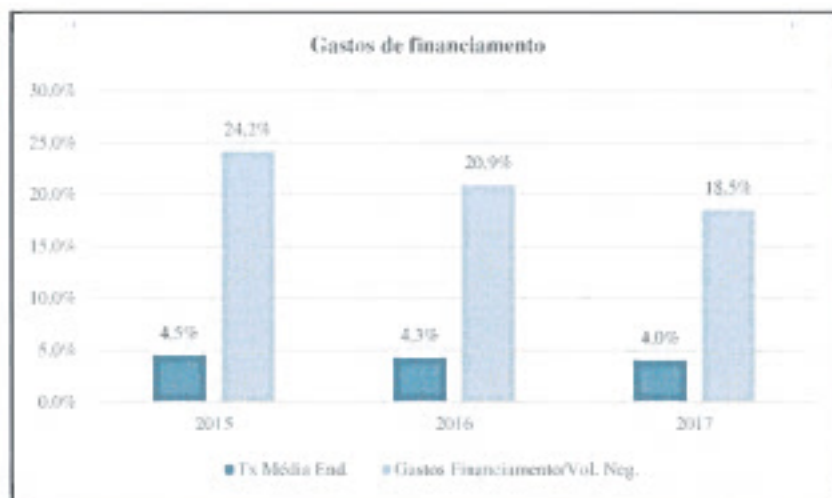
As amortizações, no montante de 1.997 mil euros, mantiveram-se ligeiramente abaixo do nível do ano anterior (2.008 mil euros), refletindo a diminuição do ritmo de investimentos dos últimos anos. Esta rubrica teve um peso de 28,9% nas vendas e prestações de serviços, sendo de 34,1%, em 2016.



#### Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados cresceram cerca de 3,8%, passando de 1.232 para 1.279 mil euros (+47 mil euros), entre 2016 e 2017, em consequência do aumento do endividamento bancário, que passou de 28,8 mil euros para 31,7 mil euros, entre 2016 e 2017. No entanto, em termos de juros e gastos similares suportados este efeito foi minimizado pelas

renegociações de dívida encetadas pela administração da empresa e as condições de mercado favoráveis. Verificou-se que a taxa média de endividamento da empresa diminuiu, de 4,3% para 4,0%, de 2016 para 2017, e o peso dos gastos de financiamento face ao volume de negócios evoluiu favoravelmente, de 20,9% para 18,5%.



Os juros de empréstimos bancários relativos à consolidação financeira da empresa Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A, bem como do financiamento da sede da empresa e dos restantes financiamentos bancários totalizaram cerca de 791 mil euros (61,8% do total), os juros das contas correntes caucionadas atingiram 267 mil euros (20,9% do total), seguindo-se os outros juros e serviços bancários que totalizaram 221 mil euros e representam 17,3% do total.



## Rendimentos

RENDIMENTOS	2015	2016	2017	U - Mil Euros	
				Var 2017/2016	
Vendas e serviços prestados	5 775	5 892	6 905	1 013	17,2%
Subsídios à exploração	5	9	-	-9	-100,0%
Outros rendimentos	1 811	1 657	1 610	-47	-2,8%

### Vendas e prestações de serviços

#### Vendas

As vendas atingiram o valor de 147 mil euros, em 2017, representando apenas 2,1% do total do volume de negócios, tendo registado um acréscimo de 17,6% (mais cerca de 22 mil euros) em relação ao ano anterior. As vendas dizem respeito apenas à venda de gelo.



#### Prestação de serviços

Em 2017, os serviços prestados foram de cerca de 6,8 milhões de euros, mais cerca de um milhão de euros do que no ano anterior. A prestação de serviços à RAA representou 4,4 milhões de euros, cerca de mais 689 mil euros do que no ano anterior. Quanto ao aluguer de frio, no montante de cerca de 152 mil euros, retomou os valores de 2015, em resultado de uma melhor safra de atum, tendo mais do que duplicado, de 2016 para 2017. As sobretaxas reduziram-se para cerca de metade do ano 2016 e as comissões de gestão aumentaram 2 mil euros (+10%).



#### Outros rendimentos

Esta rubrica, no montante de cerca de 1,6 milhões de euros, manteve-se no mesmo nível do ano anterior (-46 mil euros), essencialmente devido à manutenção do nível da imputação de subsídios ao investimento em reflexo das amortizações do exercício.

## Resultados

### Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos em 2017, foi positivo em cerca de 1.127 mil euros, manifestando face a 2016, uma melhoria na ordem de cerca de 64 mil euros.

### Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Apura-se um resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) negativo em cerca de 870 mil euros, sendo negativo em 945 mil euros, no ano de 2016, o que representa uma recuperação de 75 mil euros, entre 2016 e 2017.

### Resultado antes de impostos

O resultado operacional de 2017, negativo em 870 mil euros, deduzido dos encargos financeiros negativos em cerca de 1.279 mil euros, traduz-se num resultado antes de impostos negativo de cerca de 2.150 mil euros. Em 2016, o resultado antes de impostos foi negativo em cerca de 2.177 mil euros.

### Resultado líquido do período

Em consequência do atrás mencionado, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2017 foi negativo em cerca de 2.150 mil euros, sendo negativo em cerca de 2.177 mil euros em 2016, o que revela uma melhoria do resultado da empresa em cerca de 27 mil euros.

### Proposta de Aplicação de Resultados

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o Artigo 23º dos estatutos e o artigo 376º do código das sociedades comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido, do período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante **negativo de 2.149.618,97 euros (dois milhões, cento e quarenta e nove mil, seiscentos e dezoito euros e noventa e sete cêntimos)**, seja mantido em resultados transitados.

Ponta Delgada, 29 de março de 2018.

O Conselho de Administração,





Cíntia Ricardo Reis Machado      Ruben do Couto Farias      Pedro F. Correia Pacheco





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

**BALANÇO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

U – Euros

	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	20.774.707,00	17.265.085,83
Ativos intangíveis	8	15.874,23	7.145,20
Participações financeiras - método da equiv. patrimonial	9	249.226,59	560.358,09
Outros investimentos financeiros	6	12.877.514,14	10.925.312,15
		<b>33.917.321,96</b>	<b>28.757.901,27</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Clientes	10	4.627.331,51	4.814.389,78
Estados e outros entes públicos	11	64.097,80	62.225,61
Outros créditos a receber	10	1.217.205,89	1.578.543,86
Diferimentos	12	10.510,34	7.500,00
Outros ativos financeiros	6	0,00	1.000.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	148.756,40	100.093,30
		<b>6.067.901,94</b>	<b>7.562.752,55</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>39.985.223,90</b>	<b>36.320.653,82</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito		12.540.000,00	7.600.000,00
Reservas legais		4.500,00	4.500,00
Outras reservas		74.177,21	74.177,21
Resultados transitados		(16.665.558,72)	(14.488.611,44)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		8.613.043,44	9.902.818,80
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(2.149.618,97)</b>	<b>(2.176.947,28)</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>13</b>	<b>2.416.542,96</b>	<b>915.937,29</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	11	474.966,31	500.482,25
Financiamentos obtidos	16	23.076.245,18	19.621.626,81
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14	167.600,79	200.403,05
Outras dívidas a pagar	15	1.543.942,78	1.692.086,83
		<b>25.262.755,06</b>	<b>22.014.598,94</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	995.617,09	961.730,93
Estado e outros entes públicos	11	296.644,27	258.709,14
Financiamentos obtidos	16	8.629.085,19	9.137.417,97
Outras dívidas a pagar	15	2.384.579,33	3.032.259,55
		<b>12.305.925,88</b>	<b>13.390.117,59</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>37.568.680,94</b>	<b>35.404.716,53</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>39.985.223,90</b>	<b>36.320.653,82</b>

O Contabilista Certificado,

Marco Paulo Pereira Medeiros

O Conselho de Administração,

Cíntia Ricardo Reis Machado

Ruben do Couto Farias

Pedro F. Correia Pacheco

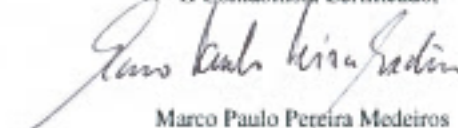
## Demonstração dos resultados por natureza

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

U – Euros

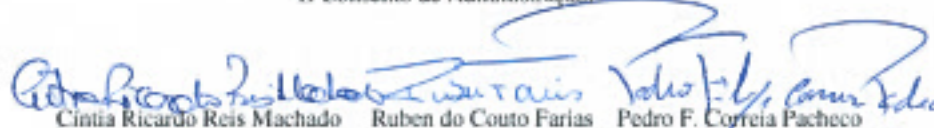
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	17	6.904.636,92	5.892.078,18
Subsídios à exploração	18	-	9.090,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas	9	(174.311,20)	(116.724,31)
Fornecimentos e serviços externos	19	(2.025.782,17)	(2.123.127,98)
Gastos com o pessoal	20	(3.940.333,31)	(3.894.168,36)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(980.367,78)	(134.272,72)
Outros rendimentos	21	1.610.325,96	1.656.738,25
Outros gastos	22	(267.116,63)	(226.267,20)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>1.127.051,79</b>	<b>1.063.345,86</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.8	(1.997.420,44)	(2.008.022,14)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-870.368,65</b>	<b>-944.676,28</b>
Juros e gastos similares suportados	23	(1.279.250,32)	(1.232.271,00)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-2.149.618,97</b>	<b>-2.176.947,28</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(2.149.618,97)</b>	<b>(2.176.947,28)</b>

O Contabilista Certificado,



Marco Paulo Pereira Medeiros

O Conselho de Administração,



Cintia Ricardo Reis Machado Ruben do Couto Farias Pedro F. Correia Pacheco

Demonstração das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

U - Euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31/12/2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamentos / outras variações no capital próprio		
<b>Posição no início de 2016</b>	<b>6</b>	6.750.000,00	4.500,00	74.177,21	(12.227.888,83)	11.263.485,62	(2.260.722,61)	3.603.551,39
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados		-	-	-	(2.260.722,61)	-	2.260.722,61	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	252.967,65	-	252.967,65
Imputação dos subsídios ao investimento aos resultados		-	-	-	-	(1.505.759,80)	-	(1.505.759,80)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(107.874,67)	-	(107.874,67)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>7</b>	-	-	-	(2.260.722,61)	(1.360.666,82)	2.260.722,61	(1.360.666,82)
<b>Resultado integral</b>	<b>8</b>	-	-	-	-	-	(2.176.947,28)	(2.176.947,28)
Operações com detentores de capital no período		850.000,00	-	-	-	-	-	850.000,00
Subscrições de capital		850.000,00	-	-	-	-	-	850.000,00
<b>Posição no fim de 2016</b>	<b>10</b>	7.600.000,00	4.500,00	74.177,21	(14.488.613,44)	9.902.818,80	(2.176.947,28)	915.937,29
<b>Posição no início de 2017</b>	<b>6</b>	7.600.000,00	4.500,00	74.177,21	(14.488.613,44)	9.902.818,80	(2.176.947,28)	915.937,29
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados		-	-	-	(2.176.947,28)	-	2.176.947,28	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	232.808,24	-	232.808,24
Subsídios ao investimento atribuídos		-	-	-	-	72.318,42	-	72.318,42
Imputação dos subsídios ao investimento aos resultados		-	-	-	-	(1.458.081,72)	-	(1.458.081,72)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(136.820,30)	-	(136.820,30)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>7</b>	-	-	-	(2.176.947,28)	(1.289.775,36)	2.176.947,28	(1.289.775,36)
<b>Resultado integral</b>	<b>8</b>	-	-	-	-	-	(2.149.618,97)	(2.149.618,97)
Operações com detentores de capital no período		4.940.000,00	-	-	-	-	-	4.940.000,00
Subscrições de capital		4.940.000,00	-	-	-	-	-	4.940.000,00
<b>Posição no fim de 2017</b>	<b>10</b>	12.540.000,00	4.500,00	74.177,21	(16.665.558,72)	8.613.043,44	(2.149.618,97)	2.816.547,96

O Contabilista Certificado,  
*Marco Paulo Pereira Medeiros*  
Marco Paulo Pereira Medeiros

*Cintia Ricardo Reis Machado*  
Cintia Ricardo Reis Machado

O Conselho de Administração,  
*Rubem do Couto Farias*  
Rubem do Couto Farias

*Pedro F. Correia Pacheco*  
Pedro F. Correia Pacheco

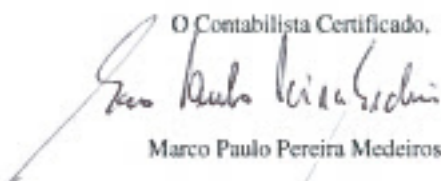
Demonstração de fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

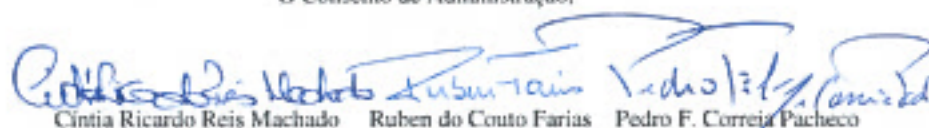
U – Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto</b>			
Recebimentos de clientes e entidades financiadoras		31.329.543,23	30.834.324,94
Pagamentos a fornecedores		(26.423.778,44)	(24.554.273,26)
Pagamentos ao pessoal		(3.883.860,11)	(3.667.980,78)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>1.021.904,68</u>	<u>2.612.070,90</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.081,27)	(4.135,17)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(1.257.448,86)	(1.030.417,02)
<b>Fluxos das atividades operacionais</b>		<b><u>(237.625,45)</u></b>	<b><u>1.577.518,71</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(495.014,05)	(84.690,45)
Ativos intangíveis		(19.036,61)	(4.535,92)
Investimentos financeiros		(950.000,00)	(2.015.000,00)
Outros ativos		-	-
		<u>(1.464.050,66)</u>	<u>(2.104.226,37)</u>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		731,00	-
Investimentos financeiros		-	1.000.000,00
Subsídios ao investimento		-	2.208.014,37
		<u>731,00</u>	<u>3.208.014,37</u>
<b>Fluxos das atividades de investimento</b>		<b><u>(1.463.319,66)</u></b>	<b><u>1.103.788,00</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos		<u>20.362.923,55</u>	<u>15.207.418,31</u>
		<u>20.362.923,55</u>	<u>15.207.418,31</u>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(17.408.765,54)	(17.381.232,70)
Juros e gastos similares		(1.353.885,04)	(1.461.205,03)
		<u>(18.762.650,58)</u>	<u>(18.842.437,73)</u>
<b>Fluxos de atividades de financiamento</b>		<b><u>1.600.272,97</u></b>	<b><u>(3.635.019,42)</u></b>
Variação de caixa e seus equivalentes		(100.672,14)	(953.712,77)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	99.902,21	1.053.614,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(769,93)	99.902,21

O Contabilista Certificado,

  
Marco Paulo Pereira Medeiros

O Conselho de Administração,

  
Cintia Ricardo Reis Machado Ruben do Couto Farias Pedro F. Correia Pacheco



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2017 E 2016

## 01 – Introdução

A Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. (abreviadamente designada por “LOTAÇOR”), com sede na Rua Eng. Abel Férin Coutinho, 15, Concelho de Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/2005/A, de 22 de julho, sucedendo na totalidade do património e na titularidade de todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, que eram pertença da Lotaçor – Serviço Açoriano de Lotas, EP, que foi extinta por aquele diploma, continuando, assim, a sua personalidade jurídica e conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica.

A LOTAÇOR rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades comerciais e do setor empresarial do Estado e por disposições do Governo Regional, relacionadas com o setor das pescas e com a própria empresa. Nos termos daquele decreto, as ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação daquele órgão.

O objeto principal da LOTAÇOR é a realização de todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, a exploração de portos de pesca e lotas, bem como a exploração das instalações e equipamentos frigoríficos destinados à congelação, conservação, distribuição e comercialização do pescado na Região Autónoma dos Açores. Poderá ainda exercer outras atividades que estejam relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto principal, designadamente através da prestação de outros serviços necessários à atividade das embarcações de pesca, que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

Em conformidade com o artigo 20º do contrato de sociedade, a LOTAÇOR pode desempenhar serviços de interesse público geral, a nível da exploração, prestação de serviços e investimento nos portos de pesca na Região Autónoma dos Açores, cujos encargos resultantes serão suportados através de verbas do Plano de Investimentos ou do Orçamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Assim, sempre que o Governo Regional determinar a prossecução de objetivos setoriais, designadamente a prática de taxas insuscetíveis de proporcionar receitas que cubram a totalidade dos custos ou a realização de investimentos de rentabilidade não demonstrada, os mesmos deverão ser objeto de acordo a estabelecer entre o Governo Regional e a LOTAÇOR, com base em contratos-programa ou, na falta destes, nos orçamentos anuais que a LOTAÇOR formular e que o Governo Regional aprovar.

As taxas a aplicar sobre o valor da primeira venda do pescado nas lotas e preços a pagar pelos serviços prestados pela LOTAÇOR estão estabelecidas pela Portaria nº 76/2013, de 30 de setembro de 2013.

## 02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e

do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### 03 – Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

#### (a) Bases de apresentação e de mensuração

A fim de satisfazerem os seus objetivos, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo como os pressupostos da periodização económica e da continuidade das operações previstos nas NCRF em vigor à data da sua elaboração.

As demonstrações financeiras, bem como os seus anexos, salvo indicação expressa em contrário, são apresentadas em euros. As transações em outras moedas são convertidas mediante a aplicação da taxa de câmbio, à data da operação, e os efeitos cambiais resultantes de tais operações são reconhecidas, à data do relato, na demonstração de resultados.

#### (b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição compreende o preço de compra e as despesas diretamente atribuíveis à sua aquisição ou entrada em funcionamento, incluindo os custos dos empréstimos obtidos.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos no custo do ativo. As despesas de reparação e manutenção normais do ativo fixo em exploração são consideradas como gasto no ano a que respeitam.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimo, e, a partir do momento em que o ativo se encontra em condições de ser utilizado, as taxas são estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 8

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação. O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



**(c) Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

**(d) Ativos intangíveis**

A LOTAÇOR reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a LOTAÇOR e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de *software* e são medidos ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela LOTAÇOR necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

**(e) Imparidade de ativos não financeiros**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da LOTAÇOR com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registrada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registrada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registrada.

#### **(f) Participações financeiras**

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que LOTAÇOR exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a LOTAÇOR adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a LOTAÇOR tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à LOTAÇOR do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas subsidiárias e associadas contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas subsidiárias e associadas, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a LOTAÇOR incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

#### **a. Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a LOTAÇOR se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i)

sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

**(g) Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de '*factoring sem recurso*', são relevadas nas demonstrações financeiras da LOTAÇOR até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

**(h) Caixa e equivalentes a caixa**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

**(i) Fornecedores**

Os saldos de Fornecedores e Outras contas a pagar são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

**(j) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

**(k) Outros ativos e passivos financeiros**

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por

contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

#### **(l) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A LOTAÇOR desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A LOTAÇOR desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **(m) Capital social**

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

#### **(n) Periodização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

#### **(o) Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A LOTAÇOR tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A LOTAÇOR não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a LOTAÇOR; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a LOTAÇOR;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

A LOTAÇOR, no decurso da sua atividade ordinária, assume como rendimento nas operações de primeira venda, as taxas de lota. As transações do pescado são evidenciadas na rubrica de "Outros créditos a receber e outras contas a pagar". De acordo com a NCRF 20, a propriedade do bem em causa não é assumido pela LOTAÇOR.

As transações relacionadas com a primeira venda de pescado fresco realizada em lota, pelo sistema de leilão, são apenas registadas no balanço nas rubricas de clientes e fornecedores. Os movimentos financeiros correspondentes a essas transações são evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa como recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de gelo ou prestações de serviços (taxas de primeira venda e aluguer de equipamentos de frio) líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

As taxas de primeira venda, registadas na rubrica de vendas e serviços prestados, que são determinadas por uma percentagem sobre o valor de pescado transacionado em lota, são suportadas pelos produtores e compradores de peixe.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a LOTAÇOR e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

#### **(p) Subsídios**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a LOTAÇOR cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à LOTAÇOR sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período na rubrica de Vendas e serviços prestados, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Os subsídios à exploração atribuídos, que não assumem a natureza de prestação de serviços à Região Autónoma dos Açores, são registados na rubrica de Subsídios à exploração.

**(q) Benefícios dos empregados**

A LOTAÇOR reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Com base no Acordo de Empresa, a LOTAÇOR tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados reformados, quer por velhice, após atingirem a idade prevista na lei, quer por invalidez.

A LOTAÇOR aderiu um fundo de pensões (Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP) para financiar a totalidade das responsabilidades com os trabalhadores no ativo e reformados.

Os pagamentos das responsabilidades acima referidas são calculados com base em estudos atuariais efetuados pela sociedade gestora do fundo (Banif Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.), sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

As responsabilidades da LOTAÇOR com as pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, com base no método de cálculo “*Projected Unit Credit*”. Este método consiste em mensurar o valor das responsabilidades para cada participante de acordo com o tempo de serviço prestado durante a sua vida ativa. Por cada ano de serviço prestado é-lhe atribuída uma unidade de crédito. Essa unidade de crédito é quantificada em cada ano pelo custo normal do plano. A responsabilidade total para cada participante consiste na determinação do valor atual dos benefícios acumulados de reforma, reportado à data de avaliação.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

A LOTAÇOR reconhece como um gasto, na sua demonstração dos resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) as perdas e ganhos atuariais do período.

**(r) Imposto sobre o rendimento**

A LOTAÇOR reconhece o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais para efeitos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. São registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

**(s) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

**(t) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

**(u) Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

**(v) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativas possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

**Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A LOTAÇOR faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A LOTAÇOR avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. A LOTAÇOR faz uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

**Imparidade dos ativos não correntes**

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da LOTAÇOR.

**Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela LOTAÇOR da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

**Provisões**

A LOTAÇOR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos



internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e vencimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### **04 – Fluxos de caixa**

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Como indicado na Nota 3 (r), os movimentos financeiros correspondentes às transações relacionadas com a primeira venda de pescado fresco realizada em lota, pelo sistema de leilão, são evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa como recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores.

A LOTAÇOR classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, detalha-se como se segue:

	2017	2016
Numerário	2.050,00	2.057,10
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:	146.706,40	98.036,20
	<b>148.756,40</b>	<b>100.093,30</b>
Depósitos à ordem – saldos credores (Nota 16)	(149.526,33)	(191,09)
	<b>(769,93)</b>	<b>99.902,21</b>

#### **05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros**

Durante o ano de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

#### **06 – Partes relacionadas**

As ações representativas do capital social são detidas integralmente pela Região Autónoma dos Açores. O valor subscrito e realizado é representado por 2.508.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 2017 e 2016, foram efetuadas as seguintes transações com acionistas e com as partes relacionadas:

	2017	2016
<b>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>		
Compensação à Exploração (valores com IVA incluído)	4.621.000,00	3.891.233,30
	<b>4.621.000,00</b>	<b>3.891.233,30</b>
<b>SANTA CATARINA, SA</b>		
Vendas e serviços prestados	5.571,61	2.711,72
	<b>5.571,61</b>	<b>2.711,72</b>
Serviços adquiridos	-	1.558,71
	-	<b>1.558,71</b>
<b>ESPADA PESCAS, Unipessoal Lda</b>		
Vendas e serviços prestados	16.400,95	12.705,19
	<b>16.400,95</b>	<b>12.705,19</b>
Serviços adquiridos	5.751,38	5.436,02
	<b>5.751,38</b>	<b>5.436,02</b>

Em 27 de dezembro de 2017, por Resolução do Conselho do Governo n.º 147/2017, foi realizada uma operação de aumento do capital social da Lotaçor, por cedência da propriedade do entreposto frigorífico de Ponta Delgada, no montante de 4.940.000 euros, cujo registo comercial apenas se concretizou em 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a LOTAÇOR apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:

	2017	2016
<b>Outros investimentos financeiros</b>		
Financiamentos concedidos		
Santa Catarina, S.A.	12.870.729,04	11.920.729,04
	<b>12.870.729,04</b>	<b>11.920.729,04</b>
<b>Clientes</b>		
Empresas subsidiárias		
Santa Catarina, S.A.	26.008,58	(1.280,33)
Espada Pescas, Unipessoal Lda	901.559,48	823.515,94
	<b>927.568,06</b>	<b>822.235,61</b>
<b>Fornecedores</b>		
Empresas subsidiárias		
Espada Pescas, Unipessoal Lda	-	269,35
	-	<b>269,35</b>

No exercício de 2017 foram disponibilizados fundos para a subsidiária Santa catarina no montante de 950.000 euros.

Em 15 de fevereiro de 2013, foi celebrado um acordo financeiro entre a Santa Catarina, S.A. e a Lotaçor, S.A., definindo que, se havia disponibilizado fundos financeiros no montante de 9.455.729 euros, tendo em vista a sua viabilidade e reestruturação económico-financeira, que poderão ser transformados em capital social ou, alternativamente, serem reembolsados. Não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria e que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores.

Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso, para os fundos disponibilizados no montante de 10.905.729,04. Neste acordo, mantém-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a subsidiária não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a LOTAÇOR não delibere converter essa dívida em capital social.

Em 20 de março de 2018, foi estabelecido uma segunda alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, aditado a 20 de maio de 2015, onde se mantém os pressupostos do primeiro acordo de 2013 e estabelece-se um novo plano de reembolso para os fundos disponibilizados no montante de 12.870.729,04 euros. Está estabelecido um plano de reembolso correspondente a prestações anuais e iguais de um milhão de euros para os anos de 2019 a 2030 e de 870.729 milhares de euros para o ano de 2031.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existiam também os seguintes ativos financeiros, que se encontravam registados ao custo.

	2017	2016
<b>Outros investimentos financeiros</b>		
Fundo de compensação do trabalho	6.785,10	4.583,11
	<b>6.785,10</b>	<b>4.583,11</b>

## 07 – Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações	Ativos em curso	Total
<b>Custo</b>										
Em 1 de janeiro de 2016	254.597,50	37.702.779,92	17.754.252,92	647.664,55	954.239,26	93.348,90	1.221.292,13	12.844,50	,00	58.641.019,68
Adições	124.850,00	757.438,01	14.659,91	-	12.846,36	11.913,99	49.840,00	-	107.440,00	1.078.988,27
Transferências e abates	-	-	(240.094,66)	-	-	-	(39.137,08)	-	(49.840,00)	(329.071,74)
Em 31 de dezembro de 2016	379.447,50	38.460.217,93	17.528.818,17	647.664,55	967.085,62	105.262,89	1.231.995,05	12.844,50	57.600,00	59.300.936,21
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Em 1 de janeiro de 2016	-	24.633.303,20	13.151.696,83	483.616,22	920.418,20	88.774,27	1.103.289,08	6.121,96	-	40.387.219,76
Adições	-	1.057.117,32	828.840,32	36.712,00	14.217,56	2.128,44	58.230,36	1.229,86	-	1.998.475,86
Transferências e abates	-	-	(220.708,16)	-	-	-	(39.137,08)	-	-	(259.845,24)
Em 31 de dezembro de 2016	-	25.690.420,52	13.759.828,99	520.328,22	934.635,76	90.902,71	1.122.382,36	7.351,82	-	42.125.850,38
<b>Valor líquido - 2016</b>	<b>379.447,50</b>	<b>12.769.797,41</b>	<b>3.768.989,18</b>	<b>127.336,33</b>	<b>32.449,86</b>	<b>14.360,18</b>	<b>109.612,69</b>	<b>5.492,68</b>	<b>57.600,00</b>	<b>17.265.085,83</b>
<b>Custo</b>										
Em 1 de janeiro de 2017	379.447,50	38.460.217,93	17.528.818,17	647.664,55	967.085,62	105.262,89	1.231.995,05	12.844,50	57.600,00	59.300.936,21
Adições	430.000,00	4.580.893,33	98.766,85	-	18.397,79	5.212,70	130,60	-	368.062,27	5.501.463,54
Transferências e abates	-	28.896,64	81.667,62	(21.739,13)	-	12.180,00	-	-	(122.744,26)	(21.739,13)
Em 31 de dezembro de 2017	809.447,50	43.070.007,90	17.709.252,64	625.925,42	985.483,41	122.655,59	1.232.125,65	12.844,50	302.918,01	64.870.660,62
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Em 1 de janeiro de 2017	-	25.690.420,52	13.759.828,99	520.328,22	934.635,76	90.902,71	1.122.382,36	7.351,82	-	42.125.850,38
Adições	-	1.094.629,11	784.766,39	36.712,00	12.680,67	4.448,52	57.375,82	1.229,86	-	1.991.842,37
Transferências e abates	-	-	-	(21.739,13)	-	-	-	-	-	(21.739,13)
Em 31 de dezembro de 2017	-	26.785.049,63	14.544.595,38	535.301,09	947.316,43	95.351,23	1.179.758,18	8.581,68	-	44.095.053,63
<b>Valor líquido - 2017</b>	<b>809.447,50</b>	<b>16.284.958,27</b>	<b>3.164.657,26</b>	<b>90.624,33</b>	<b>38.166,98</b>	<b>27.304,36</b>	<b>52.367,47</b>	<b>4.262,82</b>	<b>302.918,01</b>	<b>20.774.707,00</b>

Em 27 de dezembro de 2017, foi realizada uma operação de aumento do capital social da Entidade por cedência da propriedade do entreposto frigorífico de Ponta Delgada, no montante de 4.940.000 euros, cujo registo comercial apenas se concretizou em 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor acumulado dos investimentos em curso compreende:

	2017	2016
Aquisição de diversos equipamentos para o E. F. de Ponta Delgada	207.203,01	-
Prestação de Serviços de Ampliação do E.F. das Velas, S. Jorge	29.880,00	29.880,00
Prestação de Serviços de Reparação do E. F. da Madalena, Pico	65.835,00	27.720,00
	<b>302.918,01</b>	<b>57.600,00</b>

## 08 – Ativos intangíveis

Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nesta rubrica, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Custo</b>			
Em 1 de janeiro de 2016	138.428,75	1.500,00	139.928,75
Adições	4.020,75	5.441,75	9.462,50
Transferências e abates	(5.764,50)	(3.941,75)	(9.706,25)
Em 31 de dezembro de 2016	136.685,00	3.000,00	139.685,00
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Em 1 de janeiro de 2016	124.914,83	-	124.914,83
Adições	9.546,28	-	9.546,28
Transferências e abates	(1.921,31)	-	(1.921,31)
Em 31 de dezembro de 2016	132.539,80	-	132.539,80
<b>Valor líquido</b>	<b>4.145,20</b>	<b>3.000,00</b>	<b>7.145,20</b>
<b>Custo</b>			
Em 1 de janeiro de 2017	136.685,00	3.000,00	139.685,00
Adições	9.454,60	4.852,50	14.307,10
Transferências e abates	4.590,00	(4.590,00)	-
Em 31 de dezembro de 2017	150.729,60	3.262,50	153.992,10
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Em 1 de janeiro de 2017	132.539,80	-	132.539,80
Adições	5.578,07	-	5.578,07
Transferências e abates	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	138.117,87	-	138.117,87
<b>Valor líquido</b>	<b>12.611,73</b>	<b>3.262,50</b>	<b>15.874,23</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor acumulado dos investimentos em curso compreende:

	2017	2016
Funcionalidade LOTAÇOR_SEGURANÇA SOCIAL	3.262,50	0,00
Software para gestão de Entrepostos Frigoríficos	0,00	3.000,00
	<b>3.262,50</b>	<b>3.000,00</b>

## 09 – Participações financeiras

A rubrica de Participações Financeiras, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, compreende os seguintes movimentos ocorridos durante o ano na subsidiária Espada Pescas, Unipessoal, Lda.:

	2017	2016
<b>Saldo inicial</b>	560.358,09	784.957,07
Cobertura de prejuízos		
Ajustamentos em ativos financeiros	(136.820,30)	(107.874,67)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial	(174.311,20)	(116.724,31)
<b>Saldo final</b>	<b>249.226,59</b>	<b>560.358,09</b>

Os principais indicadores das empresas subsidiárias são os abaixo indicados:

	Capital	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rédito	Resultado do
<b>Espada Pescas, Unipessoal Lda</b>						
31 de dezembro de 2016	100%	2.304.907,54	1.744.549,45	560.358,09	632.149,28	(116.724,31)
31 de dezembro de 2017	100%	2.120.702,14	1.871.475,55	249.226,59	696.648,53	(174.311,20)
<b>Santa Catarina - indústria Conserveira, S.A.</b>						
31 de dezembro de 2016	100,00%	9.170.366,13	14.552.337,50	(5.381.971,37)	6.521.300,97	(1.853.310,22)
31 de dezembro de 2017	100,00%	9.044.624,35	14.762.334,72	(5.717.710,37)	6.761.463,22	(1.463.958,69)

Apesar da subsidiária Santa Catarina se apresentar com capitais próprios negativos e não ser ainda capaz de gerar resultados operacionais positivos, a não constituição de qualquer provisão para reconhecimento das perdas futuras nas demonstrações financeiras individuais não tem sido considerada por estar assegurado pelo acionista Região Autónoma dos Açores a cobertura financeira dessas perdas. Caso a Lotaçor tivesse de assumir as perdas acumuladas desta participação, essa posição perfaz o montante de 17.515.858 euros em 31 de dezembro de 2017 (em 2016 – 16.497.038 euros).

O empenho que o Governo Regional tem demonstrado na procura de soluções para a reestruturação financeira de Santa Catarina, S.A., transmite à Lotaçor a segurança de que não existirá nenhum risco financeiro relacionado com a evolução da situação da participada.

Estas subsidiárias serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

## 10 – Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo de Clientes e outros créditos a receber resume-se como se segue:

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes c/c	-	3.308.114,92	-	3.569.698,82
Empresas subsidiárias e outras partes relacionadas				
Espada Pescas, Unipessoal Lda	-	901.559,48	-	823.515,94
Santa Catarina, S.A.	-	8.239,77	-	(1.280,33)
Clientes de cobrança duvidosa	-	1.194.624,31	-	680.454,22
Perdas por imparidades acumuladas	-	(1.194.624,31)	-	(680.454,22)
Clientes -contratos de abastecimento direto	-	391.648,53	-	422.455,35
Santa Catarina, S.A.	-	17.768,81	-	-
	-	<b>4.627.331,51</b>	-	<b>4.814.389,78</b>
<b>Outros créditos a receber</b>				
Acréscimos de rendimentos				
Outros acréscimos de rendimentos	-	-	-	990,00
Outros créditos a receber				
Subsídios ao investimento (NOTA 13)	-	72.318,42	-	-
Protocolo da pesca artesanal (Saldos devedores)	-	1.136.751,03	-	1.558.328,26
Devedores de cobrança duvidosa	-	1.866.676,18	-	1.476.757,28
Outros devedores	-	8.136,44	-	19.225,60
Perdas por imparidades acumuladas	-	(1.866.676,18)	-	(1.476.757,28)
	-	<b>1.217.205,89</b>	-	<b>1.578.543,86</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes e outros créditos a receber refletia o seguinte movimento:

	2017	2016
<b>Clientes</b>		
Saldo inicial	680.454,22	693.392,99
Aumentos	596.825,05	10.947,16
Reversões	(6.376,17)	(22.858,19)
Anulações	(76.278,79)	(1.027,74)
<b>Saldo final</b>	<b>1.194.624,31</b>	<b>680.454,22</b>
<b>Outras contas a receber</b>		
Saldo inicial	1.476.757,28	1.349.038,87
Aumentos	410.026,39	173.494,16
Reversões	(20.107,49)	(27.310,41)
Anulações	-	(18.465,34)
<b>Saldo final</b>	<b>1.866.676,18</b>	<b>1.476.757,28</b>

As perdas por imparidade de clientes e outros créditos a receber são registadas quando existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A antiguidade dos saldos de clientes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser assim representada:

	2017	2016
<b>Saldos de clientes com antiguidade:</b>		
Inferior ou igual a 6 meses	1.985.851,01	2.122.251,16
Maior que 6 meses e até 1 ano	219.493,67	189.721,42
Maior que 1 ano e até 1,5 anos	96.164,45	147.518,71
Maior que 1,5 anos e até 2 anos	164.752,60	277.261,03
Superior a 2 anos	3.355.694,09	2.758.091,68
	5.821.955,82	5.494.844,00
<b>Perdas por imparidades acumuladas</b>	<b>(1.194.624,31)</b>	<b>(680.454,22)</b>
	4.627.331,51	4.814.389,78

## 11 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2017 e 2016 resumem-se como se segue:

	2017				2016			
	Ativos		Passivos		Ativos		Passivos	
	Não	Corrent	Não	Corrente	Não	Corrent	Não	Corrente
<b>Imposto sobre o rendimento</b>								
IRC a recuperar / pagar	-	64.097,8	-	-	-	62.225,6	-	-
<b>Retenções de imposto sobre o</b>								
Trabalho dependente	-	-	-	23.508,05	-	-	-	21.560,45
Rendimentos profissionais	-	-	-	165,31	-	-	-	115,00
Rendimentos prediais	-	-	-	182,94	-	-	-	182,94
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>								
IVA a recuperar / pagar	-	-	-	152.086,1	-	-	-	88.123,63
<b>Contribuições para a segurança social</b>								
	-	-	474.966,31	120.701,8	-	-	500.482,25	148.727,1
	-	64.097,8	474.966,31	296.644,2	-	62.225,6	500.482,25	258.709,1

O saldo do IRC a recuperar, nos anos de 2017 e 2016, detalha-se como se segue:

	2017	2016
Pagamentos especiais por conta	44.245,38	42.085,42
Retenções na fonte - pagas	13.076,02	13.182,14
Retenções na fonte - a pagar	6.776,40	6.958,05
<b>Saldo final - IRC a pagar / (recuperar)</b>	<b>64.097,80</b>	<b>62.225,61</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de	2017	2016	Ano de
2012	-	6.564,26	2016
2013	5.039,40	5.039,40	2017
2014	10.707,10	10.707,10	2020
2015	9.894,20	9.894,20	2021
2016	9.880,46	9.880,46	2022
2017	8.724,22	-	2023
	<u>44.245,38</u>	<u>42.085,42</u>	

Os montantes classificados como não corrente referem-se às contribuições para a segurança social a liquidar a médio e longo prazo, no âmbito dos planos prestacionais estabelecidos com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e vencem-se juntamente com os respetivos juros vincendos nos seguintes anos:

Anos	2017		2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2018	-	-	75.300,44	13.380,54
2019	43.454,04	4.584,98	73.830,13	16.745,48
2020	43.454,04	6.830,69	66.477,44	18.364,66
2021	43.454,04	9.076,39	66.477,44	21.667,43
2022	43.454,04	11.322,09	66.477,44	24.968,70
2023	43.454,04	13.567,80	66.477,44	24.968,70
2024 a 2029	294.696,11	126.610,43	85.441,93	44.800,11
	<u>474.966,31</u>	<u>171.992,58</u>	<u>500.482,25</u>	<u>164.895,62</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a LOTAÇOR apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2017	2016	Ano de caducidade
2012	2.087.486,72	2.087.486,72	2017
2013	1.485.777,31	1.485.777,31	2018
2014	1.605.792,64	1.605.792,64	2026
2015	1.633.119,94	1.633.119,94	2027
2016	1.667.338,21	1.667.338,21	2028
2017	774.847,35	-	2022
	<u>9.254.362,17</u>	<u>8.479.514,82</u>	

O prejuízo fiscal apurado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
<b>Resultado líquido do período</b>	(2.149.618,97)	(2.176.947,28)
<b>Diferenças permanentes:</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	(4.550,32)	561,92
Anulação do efeito do método de Equivalência Patrimonial	174.311,20	116.724,21
Multas, coimas e juros compensatórios	8.938,18	9.947,87
IRC e outros impostos que direta ou indiretamente incidam s/ lucros		
Pagamento especial por conta	6.564,26	7.577,34
Tributações autónomas	5.756,23	5.677,15
Benefícios fiscais	(162,50)	(306,25)
Depreciações e amortizações não aceites como gasto	46.590,50	28.183,38
Gastos não inerentes à formação do lucro tributável	130.558,04	158.159,18
Alienação de ativos fixos tangíveis	-	(1.357,05)
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imparidades do período não aceites como gasto	1.006.766,03	184.441,32
<b>Lucro/(prejuízo) fiscal</b>	<b>(774.847,35)</b>	<b>(1.667.338,21)</b>
Retenções na fonte	(13.075,83)	(12.661,65)
Tributações autónomas	6.255,18	5.756,23
<b>Imposto corrente - a pagar/(receber)</b>	<b>(6.820,65)</b>	<b>(6.905,42)</b>

## 12 – Diferimentos (ativo)

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreende:

	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Feira ESE 2018	10.000,02	7.500,00
Outros	510,32	-
	<b>10.510,34</b>	<b>7.500,00</b>

## 13 – Capital próprio

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela Região Autónoma dos Açores.

A reserva legal não pode ser distribuível, a não ser em caso de liquidação da LOTAÇOR, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Na assembleia geral realizada em 28 de abril de 2017, a acionista única aprovou a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração no sentido de que o prejuízo apurado no período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 2.176.947,28 euros, seja mantido em resultados transitados.

Em 27 de dezembro de 2017, foi realizada uma operação de aumento do capital social da Entidade por entrada de bens diferentes de dinheiro, no montante de 4.940.000 euros, cujo registo comercial apenas se concretizou em 2018.

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio resume-se como se segue:



	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Aplicação de	Resultados do	Outras	Saldo final
Capital social	7.600.000,00	-	-	4.940.000,00	12.540.000,00
Reservas legais	4.500,00	-	-	-	4.500,00
Outras reservas	74.177,21	-	-	-	74.177,21
Resultados transitados	(14.488.611,44)	(2.176.947,28)	-	-	(16.665.558,72)
Ajustamentos em ativos financeiros	1.459.464,31	-	-	(136.820,30)	1.322.644,01
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por	(1.644.649,20)	-	-	232.808,24	(1.411.840,96)
Subsídios ao investimento	9.772.389,32	-	-	(1.385.763,30)	8.386.626,02
Doações	315.614,37	-	-	-	315.614,37
Resultado líquido do exercício	(2.176.947,28)	2.176.947,28	(2.149.618,97)	-	(2.149.618,97)
	<b>915.937,29</b>	-	<b>(2.149.618,9700)</b>	<b>3.650.224,64</b>	<b>2.416.542,96</b>
	Em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Aplicação de	Resultados do	Outras	Saldo final
Capital social	6.750.000,00	-	-	850.000,00	7.600.000,00
Reservas legais	4.500,00	-	-	-	4.500,00
Outras reservas	74.177,21	-	-	-	74.177,21
Resultados transitados	(12.227.888,83)	(2.260.722,61)	-	-	(14.488.611,44)
Ajustamentos em ativos financeiros	1.567.338,98	-	-	(107.874,67)	1.459.464,31
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por	(1.897.616,85)	-	-	252.967,65	(1.644.649,20)
Subsídios ao investimento	11.278.149,12	-	-	(1.505.759,80)	9.772.389,32
Doações	315.614,37	-	-	-	315.614,37
Resultado líquido do exercício	(2.260.722,61)	2.260.722,61	(2.176.947,28)	-	(2.176.947,28)
	<b>3.603.551,39</b>	-	<b>(2.176.947,28)</b>	<b>(510.666,82)</b>	<b>915.937,29</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de subsídios ao investimento e Impostos diferidos resumem-se como se segue:

	2017	2016
<b>Outras variações no capital próprio</b>		
<b>Saldo inicial</b>		
Subsídios ao investimento	9.772.389,32	11.278.149,12
Ajustamentos - por impostos	(1.644.649,20)	(1.897.616,85)
<b>Subsídios atribuídos e correções no ano</b>		
Subsídios ao investimento (NOTA 10)	72.318,42	-
Ajustamentos - por impostos	232.808,24	252.967,65
Correções aos subsídios	-	-
<b>Imputação nos resultados do ano</b>		
Subsídios ao investimento (NOTA 21)	(1.458.081,72)	(1.505.759,80)
<b>Saldo final</b>		
Subsídios ao investimento	8.386.626,02	9.772.389,32
Ajustamentos - por impostos	(1.411.840,96)	(1.644.649,20)
	<b>6.974.785,06</b>	<b>8.127.740,12</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante de 1.411.840,96 euros e de 1.644.649,20 euros, respetivamente, referente ao ajustamento do imposto a pagar no futuro é reconhecido em Outras contas a pagar (Nota 15).

#### 14 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

O saldo devedor relacionado com as responsabilidades por benefícios pós-emprego reconhecido no Balanço é determinado como segue:

	2017	2016
Obrigação de Benefícios projetados	991.420,64	954.810,30
Ativos do Plano ao Valor de Mercado	(823.819,85)	(754.407,25)
<b>Situação do Fundo</b>	<b>167.600,79</b>	<b>200.403,05</b>

Em conformidade com os estudos atuariais e respetivos pressupostos, reportados a 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades da LOTAÇOR com pensões e complementos de pensões de reforma eram as seguintes:

	2017	2016
Valor atual das responsabilidades com trabalhadores reformados	547.469,50	571.304,41
Valor atual das responsabilidades com trabalhadores no ativo, por serviços passados	443.951,14	383.505,89
	<b>991.420,64</b>	<b>954.810,30</b>

A esperança média de vida (EMV) dos beneficiários é a seguinte:

	Nº de Colaboradores	Idade Mínima	EMV
<b>Ativos</b>	153	23	56,05
<b>Pensionistas</b>	22	57	24,48
<b>Total</b>	<b>175</b>		

Os estudos atuariais acima mencionados quantificam o valor atual das pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados, de acordo com os seguintes pressupostos:

Tabelas	2017	2016
Tabela de Mortalidade	TV73_77	TV 73/77
Tabela de Invalidez	EVK80	EKV 80
<b>Taxas</b>		
Taxa de Rendimento do Fundo	1,75%	2,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	1,75%	1,75%
Taxa de Atualização das Pensões	1,75%	2,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	0%	0%
Taxa de Crescimento das Remunerações (\$ Social)	75,00%	0,75%
<b>Dados Gerais</b>		
Idade Normal de Reforma	66	66
Nº de Pagamento de Benefícios	14	14

O total das responsabilidades determinadas com base nos pressupostos definidos pela LOTAÇOR e pela sociedade gestora do fundo e ainda não financiados pelo fundo de pensões é evidenciado na rubrica responsabilidades por benefício pós-emprego, conforme se indica:

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	200.403,05	(37.712,53)
Custos com Pensões	70.936,55	238.115,58
Correção	-	-
Menos:		
Contribuições para o Fundo de Pensões (em numerário)	(103.738,81)	-
	<b>167.600,79</b>	<b>200.403,05</b>

Em referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, o encargo com pensões, contabilizado na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 21), foi apurado como segue:

	2017	2016
Custo dos Serviços Correntes	39.148,34	28.838,33
Custo dos Juros	19.096,21	18.402,22
Retorno Real dos Ativos (perda)	(26.548,70)	6.912,96
Perdas/(Ganhos) Atuariais do Ano	28.202,14	172.989,27
Pensões pagas + Encargos/Pensões Pagas	11.038,56	10.972,80
	<b>70.936,55</b>	<b>238.115,58</b>

Durante o exercício de 2017 e 2016, o património do fundo de pensões teve a seguinte evolução:

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	754.407,25	820.785,66
Correções no ano	-	-
Contribuições do ano	103.738,81	-
Rendimento do ano - (ganho)/perda	26.548,70	(6.912,96)
Pensões pagas no ano	(60.874,91)	(59.465,45)
	<b>823.819,85</b>	<b>754.407,25</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o património do Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, F.P. apresentava a seguinte composição (percentual):

	2017	2016
Disponibilidades e Outros	4,46%	3,04%
Imóveis	11,72%	13,81%
Fundos de Investimento (unidades de participação)	8,55%	10,99%
Ações	16,90%	14,04%
Obrigações	58,37%	58,12%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O valor de unidade de participação do fundo de pensões era de 7,2682 euros em 31 de dezembro de 2017 e de 7,0215 euros em 31 de dezembro de 2016.

### 15 – Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de fornecedores e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Fornecedores</b>				
Fornecedores c/c		995.617,09		961.461,58
Empresas subsidiárias e outras partes				
Espada Pescas, Unipessoal Lda				269,35
		<b>995.617,09</b>		<b>961.730,93</b>
<b>Outras contas a pagar</b>				
Fornecedores de Investimentos		177.839,87		155.870,68
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar		548.832,77		478.102,98
Juros a liquidar		145.236,06		126.151,81
Outros acréscimos de gastos		36.729,31		34.409,84
Outras dívidas a pagar				
Fundo Pesca		46.738,00		86.089,63
Segurança Social da pesca artesanal		368.135,24		644.717,39
Protocolo da pesca artesanal (saldos)		170.252,42		214.028,89
Mútua dos pescadores		672.497,95		1.090.925,95
Ajustamentos em subsídios não	1.411.840,96		1.644.649,20	
Plano prestacional com a EDA	132.101,82	-	47.437,63	-
Outros credores		218.317,71		201.962,38
	<b>1.543.942,78</b>	<b>2.384.579,33</b>	<b>1.692.086,83</b>	<b>3.032.259,55</b>

Como indicado na Nota 13, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio.

## 16 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

Instituição	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários a médio e longo prazo	23.067.310,22	2.928.327,23	19.621.626,81	2.414.550,30
Empréstimos bancários de curto prazo	-	-	-	-
Contas correntes caucionadas	-	5.547.346,00	-	6.722.450,60
Depósitos à ordem (saldos credores) (NOTA 4)	-	149.526,33	-	191,09
Locações financeiras	8.934,96	3.885,63	-	225,98
	<b>23.076.245,18</b>	<b>8.629.085,19</b>	<b>19.621.626,81</b>	<b>9.137.417,97</b>

O saldo evidenciado em empréstimos bancários não correntes tem o seguinte vencimento anual:

Ano	2017	2016
2018	-	6.670.679,73
2019	3.679.268,84	2.675.650,09
2020	3.586.559,32	2.563.632,61
2021	3.295.067,87	2.251.874,06
2022	3.191.406,14	5.459.790,32
2023 e seguintes	9.315.008,05	-
	<b>23.067.310,22</b>	<b>19.621.626,81</b>

Os empréstimos bancários a médio e longo prazo encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Instituição	2017			2016		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Santander Totta (Edifício sede)	924.068,43	56.954,75	981.023,18	981.027,41	55.621,59	1.036.649,00
Crédito Agrícola	2.054.799,79	252.072,10	2.306.871,89	2.306.871,89	251.270,28	2.558.142,17
BPI	5.050.000,00	1.000.000,00	6.050.000,00	6.050.000,00	1.000.000,00	7.050.000,00
CEMAH	434.578,84	279.618,53	714.197,37	714.317,62	271.741,13	986.058,75
Novo Banco dos Açores	-	-	-	4.000.000,00	-	4.000.000,00
Santander Totta	-	5.398,52	5.398,52	5.403,23	15.592,48	20.995,71
CEMAH	2.393.389,98	325.742,28	2.719.132,26	2.721.263,24	318.850,68	3.040.113,92
CEMAH	1.417.654,10	130.876,84	1.548.530,94	1.550.496,68	126.405,27	1.676.901,95
Santander Totta	-	25.535,87	25.535,87	25.538,64	41.776,97	67.315,61
Novo Banco dos Açores	921.079,92	373.867,50	1.294.947,42	1.266.708,10	333.291,90	1.600.000,00
Eurobic	5.021.739,16	478.260,84	5.500.000,00	-	-	-
Novo Banco dos Açores	4.850.000,00	-	4.850.000,00	-	-	-
	<b>23.067.310,22</b>	<b>2.928.327,23</b>	<b>25.995.637,45</b>	<b>19.621.626,81</b>	<b>2.414.550,30</b>	<b>22.036.177,11</b>

As contas correntes caucionadas poderão ser utilizadas até ao montante máximo de 5.755.000 euros, encontrando-se distribuídas pelas seguintes instituições de crédito:

Instituição	Plafond	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Millennium BCP	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00
Santander Totta	2.000.000,00	1.796.500,00	1.948.000,00
Novo Banco dos Açores	250.000,00	250.000,00	1.100.000,00
Millennium BCP (Factoring)	-	-	174.450,60
Santander Totta (Business Gold Dual)	5.000,00	846,00	-
	<b>5.755.000,00</b>	<b>5.547.346,00</b>	<b>6.722.450,60</b>

A LOTAÇOR regista pelo método financeiro os contratos de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2017, o valor em dívida de locações:

Ano	Valor a amortizar
2018	3.885,63
2019	4.033,86
2020	4.187,74
2021	713,36
	<b>12.820,59</b>

## 17 – Vendas e serviços prestados

As rubricas de vendas e de prestações de serviços podem ser resumidas conforme se segue:

	2017	2016
<b>Vendas</b>	<b>146.940,99</b>	<b>125.049,82</b>
Gelo	146.940,99	125.049,82
<b>Prestações de serviços</b>	<b>6.757.695,93</b>	<b>5.767.028,36</b>
Taxas de lota	2.202.454,24	1.987.038,67
Comissões de cobrança	22.219,15	20.260,21
Aluguer de frio	152.115,91	66.118,07
Sobretaxas	1.571,25	3.765,33
Outros serviços prestados		
Presta. Serv. Relac. c/ máquinas gelo	449.878,06	374.898,26
Prest. Serv. Relac. c/ equipamento de frio	879.711,84	733.093,29
Prest. Serv. Relac. c/ comércio de pescado	12.991,54	10.826,31
Gestão e Administração Portos Pesca	1.957.067,96	1.624.614,92
Gestão Investimentos Portos Pesca	814.680,00	678.900,00
Celebração Protocolos com Instituições de Crédito	24.006,00	26.280,00
FORMAR	240.999,98	241.233,30
	<b>6.904.636,92</b>	<b>5.892.078,18</b>

Os montantes referenciados em Outros serviços prestados correspondem exclusivamente e, em conformidade com o artigo 20º do contrato de sociedade, aos serviços de interesse público geral, a nível da exploração, desempenhados pela LOTAÇOR nos portos de pesca na Região Autónoma dos Açores e aos seus utentes, cujos gastos resultantes são diretamente suportados através de verbas do orçamento da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, quando as taxas sejam insuscetíveis de proporcionar receitas que os cubram na sua totalidade.

### 18 – Subsídios à Exploração

A rubrica de subsídios à exploração compreende unicamente o apoio financeiro, concedido em 2016, no montante de 9.090 euros e referente à manutenção do nível de emprego no âmbito do projeto PIIE.

### 19 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos anos de 2017 e 2016 apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Subcontratos	51.796,58	59.502,89
Trabalhos Especializados	82.904,65	74.640,27
Publicidade e Propaganda	2.514,50	5.657,16
Vigilância e Segurança	6.595,02	5.558,54
Honorários	36.398,21	41.206,56
Comissões	8.323,15	6.580,76
Conservação e Reparação	375.656,30	423.984,91
Outros Serviços Especializados	75,00	0,00
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	21.088,85	12.674,67
Livros e Documentação Técnica	0,00	22,02
Material de Escritório	19.405,62	38.046,98
Outros Materiais	6.880,55	5.421,67
Eletricidade	745.686,99	762.566,92
Combustíveis	60.841,86	51.475,97
Água	103.701,32	91.681,71
Outras Energias e Fluidos	2.051,95	2.131,92
Deslocações e Estadas	14.138,38	23.618,60
Transportes de Mercadorias	77.303,25	85.749,51
Outras Deslocações, Estadas e Transportes	19.057,11	32.989,54
Rendas e Aluguéis	113.663,37	101.096,83
Comunicação	116.198,06	134.194,96
Seguros	40.970,96	39.255,68
Contencioso e Notariado	2.174,38	1.215,33
Despesas de Representação	175,21	374,65
Limpeza Higiene e Conforto	118.180,90	123.479,93
	<b>2.025.782,17</b>	<b>2.123.127,98</b>

### 20 – Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, nos anos de 2017 e 2016, apresentam o seguinte desenvolvimento:

	2017	2016
Remunerações Órgãos Sociais	119.526,38	116.752,26
Remunerações do Pessoal	2.964.325,49	2.796.287,83
Benefícios Pós Emprego	70.936,55	238.115,58
Encargos sobre Remunerações	707.687,22	673.609,44
Seguros de Acidentes Pessoais e doenças prof	29.009,11	24.906,79
Gastos de Ação Social	20.483,43	38.432,36
Outros Gastos com Pessoal	28.365,13	6.064,10
	<b>3.940.333,31</b>	<b>3.894.168,36</b>

O número médio de pessoas ao serviço da LOTAÇOR, nos exercícios de 2017 e 2016, é de 186 e 187 trabalhadores, respetivamente.

Os gastos com o pessoal, registaram um ligeiro aumento face a 2016, em resultado, da reposição dos cortes salariais e descongelamento de carreiras, de acordo com o Decreto Legislativo Regional N.º 3/2017/A.

## 21 – Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos, dos anos de 2017 e 2016, têm a seguinte composição:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	57.126,28	62.001,97
Descontos pronto pagamento obtidos	836,00	0,00
Rendim. e Ganhos em invest. não financeiros	60.751,78	75.947,11
Correções relativas a períodos anteriores	4.550,32	4.375,58
Imputação de subsídios para investimentos (NOTA 13)	1.458.081,72	1.505.759,80
Outros rendimentos	28.979,86	8.653,79
	<b>1.610.325,96</b>	<b>1.656.738,25</b>

A rubrica de outros rendimentos inclui, predominantemente, os encargos financeiros debitados aos clientes por incumprimento dos prazos de pagamento acordados, que já foram validados e aceites.

## 22 – Outros gastos

A rubrica de outros gastos, nos anos de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	2017	2016
Impostos	221.685,62	176.211,44
Perdas em Inventários	2.662,51	7.493,22
Gastos e Perdas em Inv. Não Finan	1.141,92	6.386,50
Correções relativas a períodos anteriores	-	4.937,50
Insuficiência da estimativa para impostos	5.756,23	5.677,15
Juros de mora	21.511,17	14.310,62
Comissões de TPA	12.860,39	8.661,57
Outros Gastos e Perdas	1.498,79	2.589,20
	<b>267.116,63</b>	<b>226.267,20</b>

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, o desconhecimento de encargos debitados a clientes e outros devedores que não foram aceites e que só foram resolvidos neste período.

## 23 – Juros, rendimentos e gastos similares

Os juros, rendimentos e gastos similares, dos anos de 2017 e 2016, têm a seguinte composição:

	2017	2016
Juros suportados	1.058.402,51	1.076.761,48
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	220.847,81	155.509,52
	<b>1.279.250,32</b>	<b>1.232.271,00</b>

## 24 – Responsabilidades contingentes

A LOTAÇOR constituiu-se avalista dos empréstimos bancários contraídos pelos armadores, ao abrigo dos protocolos celebrados com os Bancos Santander Totta e Novo Banco dos Açores, LOTAÇOR e Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia que, em 31 de dezembro de 2017, ascendiam a 1.586.801,46 euros (1.503.956 euros, em 2016). Nos termos

destes protocolos, a LOTAÇOR pode reter uma parte ou a totalidade das quantias que lhe forem devidas pela venda do pescado em lota, tendo como limite o montante das prestações vincendas dos empréstimos.

A LOTAÇOR é avalista dos seguintes financiamentos junto da banca, no âmbito das necessidades de financiamento da sua subsidiária ESPADA PESCAS:

- a) Em junho de 2010, a LOTAÇOR avalizou um financiamento bancário da ESPADA PESCAS, com a finalidade de apoio ao investimento, no valor de 337.000 euros e pelo prazo de 180 meses, com o BESA – Banco Espírito Santo dos Açores, atual Novo Banco dos Açores;
- b) Em 2014, considerando a necessidade de apoio à tesouraria da ESPADA PESCAS, a LOTAÇOR avalizou um financiamento bancário, sob a forma de Conta Corrente Cauçionada, junto do BESA – Banco Espírito Santo dos Açores, atual Novo Banco dos Açores, no valor de 300.000 euros;

A LOTAÇOR é avalista dos seguintes financiamentos junto da banca, no âmbito das necessidades de financiamento da sua subsidiária SANTA CATARINA:

- a) A 5 de abril de 2010, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 1.900.000 euros, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2012;
- b) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 3.438.000 euros, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2013;
- c) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento em conta corrente com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante até 500.000 euros, que se encontrava utilizada em 297.500 euros, pelo prazo de 6 meses renovável por iguais períodos sucessivos;
- d) A 14 de março de 2012 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de cessão de créditos continuados com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros (com variação possível de 10% sobre o montante solicitado), reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento;
- e) A 14 de março de 2012 foi celebrado com Banco Comercial Português um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 70% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 400.000 euros;
- f) Em 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de apoio à tesouraria, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com o limite de 700.000 euros. Em 14 de maio de 2015 o limite máximo passou para 1.000.000 euros;
- g) Em 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo um contrato de facilidade de descoberto, pelo prazo de 182 dias, renovável por iguais períodos, com o limite máximo de 500.000 euros. Em 8 de setembro de 2014, o limite máximo passou para 750.000 euros, que se encontrava utilizado em 736.117 euros;
- h) Em março de 2014 foi celebrado com o Novo Banco um contrato de locação financeira, pelo prazo de 48 meses, no montante de 48.000 euros, reembolsável em 48 rendas, vencendo-se a primeira em abril de 2014, no montante de 12.000 euros, e as restantes de 865 euros cada;
- i) A 5 de setembro de 2015 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de financiamento de curto prazo, no montante de 375.000 euros, pelo prazo de 6 meses. Em 25 de fevereiro de 2016 foi acordado alterar parcialmente o plano de reembolso, passando o reembolso do capital em dívida, de 281.250 euros, a ser efetuado em 9 prestações trimestrais, vencendo-se a primeira em 7 de março de 2016, no valor de 37.500 euros, da segunda à oitava prestação de



capital nos trimestres seguintes, e no valor de 30.468 euros, e a última prestação com vencimento para 7 de março de 2018, no valor de 30.474 euros;

- j) A 5 de novembro de 2015 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores, pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com um limite máximo global de adiantamentos de 1.000.000 euros, reembolsável após 90 dias da data do adiantamento;
- k) Em janeiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 240 meses, no montante de 320.000 euros, reembolsável em 240 rendas, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016.
- l) Em fevereiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira, pelo prazo de 36 meses, no montante de 10.500 euros, reembolsável em 36 meses, no montante de 10.500 euros;

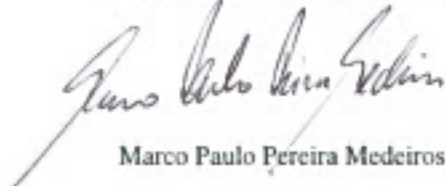
A LOTAÇOR é avalista dos seguintes financiamentos junto da banca, no âmbito das necessidades de financiamento da COMPANHIA:

- a) Em dezembro de 2015 foi celebrado um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 515.000 euros, pelo prazo de 10 anos e reembolsável em prestações de capital e juro a partir de março de 2016.

Ponta Delgada, 29 de março de 2018.

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

  
Marco Paulo Pereira Medeiros

  
Cíntia Ricardo Reis Machado   Ruben do Couto Farias   Pedro F. Correia Pacheco

*Handwritten initials/signature in blue ink.*

## ÓRGÃOS SOCIAIS

## Composição e Mandatos

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA	MANDATO
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
Presidente	José António Silva Brum	14 de março de 2018	2018-2020
Representante do	José António Gomes	14 de março de 2018	2018-2020
Secretário	Leonardo Miguel Arruda Araújo da Costa Ponte	14 de março de 2018	2018-2020
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Cíntia Ricardo Reis Machado	14 de março de 2018	2018-2020
Vogal	Ruben do Couto Farias	14 de março de 2018	2018-2020
Vogal Não Executivo	Pedro Filipe Correia Pacheco	14 de março de 2018	2018-2020
<b>Fiscal Único</b>			
Efetivo	UHY & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Luis Fernandes	14 de março de 2018	2018-2020
Suplente	António Tavares de Oliveira, ROC.	14 de março de 2018	2018-2020

## Remunerações

### Conselho de Administração

Nos termos da i) do Artigo 16º. Do Decreto Legislativo nº. 7/2008 (Regime do sector público empresarial da RAA), apresentamos os montantes das remunerações pagas aos membros do órgão de gestão e administração e o modo como são determinados, incluindo todos os complementos remuneratórios de qualquer espécie, os regimes de previdência.

No quadro a seguir indicado, discriminam-se estes pagamentos por Administrador, bem como, os pesos relativos de cada um.

Administradores	Período em Função	Regime de Previdência	Mês		Anual										
			Sub-Alimentação	Vencimento Base	Despesas Representação	Vencimento Base	Despesas Representação (2)	Sub Útilis	Sub Natal	Sub Alimentação	Ajuda Custo	Resolução Lei nº 12-A/2010	Sobressal	Total	Peso
Cíntia Ricardo Reis Machado	30-4-2018 a 31-12-2016	Sistema Social	7,0	3.648,0	3.904,0	43.776,0	15.173,0	3.648,0	3.648,0	1.490,0	396,0	(7.370,0)	(847,0)	42.574,0	490
Ruben do Couto Farias	30-4-2018 a 31-12-2016	Sistema Social	7,0	3.203,0	852,0	39.398,0	9.890,0	3.203,0	3.203,0	1.480,0	1.570,0	(7.870,0)	(267,0)	42.847,0	470
<b>Total</b>				6.851,0	4.756,0	83.174,0	25.063,0	6.851,0	6.851,0	2.970,0	552,0	(15.240,0)	(1.114,0)	85.421,0	960

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração. As despesas de representação do Conselho de Administração são pagas 12 meses por ano.

### Mesa da assembleia-geral

Este órgão social não recebeu qualquer retribuição quer em dinheiro, quer em espécie, em 2017.

### Fiscal único

O Fiscal único da empresa, em 2017, recebeu honorários no montante de 10.320€ (mais IVA).

## Curriculum Vitae

### Presidente do Conselho de Administração

**Cíntia Ricardo Reis Machado**

Nasceu a 28 de março de 1976 na Freguesia de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria. É casada e tem dois filhos.

#### Formação Académica e Atividade Profissional:

Concluiu a Licenciatura em Gestão de Empresas em julho de 1998, na Universidade dos Açores, com a classificação final de 14 valores.

De 15 de abril de 1998 até 31 de janeiro de 2008, foi funcionária do Banco Comercial dos Açores (atual Banif), na Direção de Gestão Global de Risco.

Das principais funções exercidas nesta Instituição Financeira, destacam-se:

- Análise de projetos de investimento;
- Análise de propostas de crédito de particulares de empresas;
- Emissão de pareceres sobre operações de crédito;
- Participação permanente na Comissão Conjunta de Crédito e no Conselho Superior de Crédito, funções exercidas de 1999 até 2008, cujas competências eram análise e decisão de propostas de crédito de empresas e particulares, bem como emissão de pareceres de operações decididas ao nível da Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- Acompanhamento dos projetos ao abrigo do RIME, PROCOM, SIRAPA, SIRALA, Protocolo da Pesca Artesanal, Protocolo do BCA Agricultura;
- Participação em diversos grupos de trabalho no Grupo Banif, no âmbito da implementação de Basileia II e das Imparidades e respetivo acompanhamento;
- Aquando da centralização da Direção de Risco do BCA no Banif, passou a realizar a coordenação da equipa da direção de risco localizada em S. Miguel, com respetivo reporte a Lisboa.

De 1 de fevereiro de 2008 até 12 de outubro de 2010, exerceu as funções de Diretora-geral Financeira do Grupo Marques, composto por cerca de 14 empresas nas áreas da construção civil, comércio de materiais de construção, distribuição alimentar e saúde, cujos funcionários diretos eram mais de 1.500.

Das principais funções exercidas neste Grupo, destacam-se:

- Supervisão das atividades de tesouraria e de gestão de crédito no Grupo tendo em atenção os fatores associados de risco e liquidez, incluindo pagamentos, recebimentos, controlo de contas bancárias, financiamentos bancários, linhas de crédito e todas as atividades relacionadas;
- Assegurar as relações com as Instituições Financeiras e Seguradoras que trabalham com o Grupo;
- Supervisão e coordenação do reporting do Grupo fornecido aos parceiros sociais da empresa.
- Elaboração dos planos e orçamentos financeiros anuais em todo o Grupo;
- Acompanhamento da elaboração dos orçamentos financeiros mensais em todo o Grupo;

- Liderar a gestão e implementação das políticas e dos objetivos financeiros do Grupo assegurando o melhor equilíbrio da sua estrutura de capital.

De 12 de outubro de 2010 a 30 de abril de 2014, exerceu as funções de Vogal Executiva do Conselho de Administração da Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Desde 16 de setembro de 2011, exerce as funções de Vogal Não Executiva do Conselho de Administração de Santa Catarina - Indústria Conserveira, SA.

Desde 30 de abril de 2014, exerce as funções de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA.

#### Outras Formações:

- Normas Internacionais de Contabilidade – OTOC - 2 de outubro de 2008;
- Orçamento de Estado para 2009, Encerramento de Contas de 2008 – OTOC - 26 de janeiro de 2009;
- Estrutura Conceptual (SNC) e os Novos Modelos de Relato Financeiro; Fiscalidade em Função dos Documentos – OTOC – 6 de julho de 2009;
- Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC - 18 de setembro de 2009;
- Sistema de Normalização Contabilística – OTOC – 28 de setembro de 2009;
- Curso de Formação Profissional “Novo Modelo de Normalização Contabilística” – AEP/CCIPD – 2 a 11 de novembro de 2009;
- Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC – 18 de novembro de 2009;
- Formação em Balanced Scorecard – PREMIVALOR – 6 e 7 de janeiro de 2011;
- Conferência sobre “O Código dos Regimes Contributivos da Segurança Social” – PLMJ – Sociedade de Advogados, RL e BPLD & A Sociedade de Advogados, RL - 24 de janeiro de 2011.
- Seminário “A prospetiva estratégica para as empresas e os territórios” – Teatro Micaelense – Centro de Cultura e Congressos de Ponta Delgada; Prof. Michel Godet e Dr. Rui Bettencourt - 21 de julho de 2011.
- Orçamento de Estado 2012; Encerramento de Contas de 2011 – OTOC – 30 de janeiro de 2012.
- Desafios Fiscais 2012 – UHY & Associados, SROC, LDA – 16 de fevereiro de 2012.
- Programa *Advance* Gestão – NOVA School of Business & Economics - 10 de outubro a 23 de novembro de 2012.
- Diversas formações realizadas no Instituto de Formação Bancária e na Global Estratégias.

#### Informação Adicional

- Membro da Ordem dos Economistas.
- Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados, desde 1998, com o nº 61058.
- Em junho de 2006, recebimento do prémio “*Dignitas 2005 – Labor Omnia Vincit*”, do Banco Comercial dos Açores, destinado a premiar a Conduta Exemplar, a Excelência do Desempenho e a Sentida Vivência dos Valores do Banco.
- Em dezembro de 2014, a convite da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, participou na Conferência “Pescas nas Regiões Ultraperiféricas”, onde fez uma apresentação sobre “Pescas nos Açores - Aspetos Económicos: Mercados”.
- Entre 27 de fevereiro e 17 de março de 2017, a convite do Governo dos Estados Unidos da América, participou no *International Visitors Leadership Program*, no âmbito de um projeto especial para a Europa.

O programa iniciou-se em Washington D.C., seguindo-se Nova Iorque, Detroit e São Francisco, e introduziu os participantes aos mercados financeiros dos EUA, seus contextos domésticos e globais, e às perspetivas dos EUA sobre questões económicas e monetárias internacionais. Este projeto permitiu uma compreensão da experiência dos EUA em finanças bancárias e do setor público e privado e apresentou os participantes ao sistema de regulação financeira. O projeto examinou as medidas recentes do Governo dos EUA tomadas para sustentar as indústrias dos EUA e avaliar o impacto continuado dessas estratégias nas economias dos EUA e da economia global. Houve também a oportunidade de examinar mais de perto os efeitos da política financeira sobre o comércio, o desenvolvimento económico e empresarial local ou a gestão financeira do setor público. Os participantes reuniram-se com empresas locais, empresários e funcionários governamentais, de modo a examinar como as empresas e as comunidades resistiram à crise financeira global, facilitaram a promoção do comércio e atraíram o investimento estrangeiro. Este projeto foi preparado para funcionários do governo; líderes políticos; profissionais sem fins lucrativos; membros da comunidade empresarial e académica; especialistas em finanças e investimento; e jornalistas que cobrem finanças, negócios, políticas públicas e economia. Foi composto por 21 participantes de 19 países europeus e foi uma experiência com um elevado nível de enriquecimento pessoal e profissional.

**Vogal Executivo do Conselho de Administração****Ruben do Couto Farias**

Nasceu a 1 de novembro de 1976 na Freguesia de Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel. É casado e tem três filhas.

**Formação Académica**

2011 - Mestrado em Ciências Económicas e Empresarias;

2008 - Relações Públicas e Comunicação – Minor de Economia e Gestão;

1996 - Ensino Secundário – Escola Secundária da Ribeira Grande.

**Formação Complementar/Profissional**

CAP - Formação Inicial Pedagógica de Formadores – ENTA (2008).

**Outras qualificações**

Bons conhecimentos de informática, na ótica do utilizador.

Inglês e Francês – Fluente.

**Experiência Profissional**

2008 - 2014 Diretor Administrativo e Financeiro da Escola Profissional de Ribeira Grande

2002 - 2008 Comercial – Auto Elgê (Nissan)

1996 - 2002 Lecionou Educação Musical (Ensino Público)

1994 - 1996 Administrativo, na Secretaria da Escola BI Rui Galvão de Carvalho.

**Informações complementares**

2011 - 2014 Presidente/Fundador da APRAP – Associação de Pescas de Rabo de Peixe.

2009 - 2018 Presidente da Direção do Clube Naval de Rabo de Peixe.

2006 - 2009 Presidente da Direção do Clube Atlético de Rabo de Peixe.

1996-2009 Escoteiro Chefe de Tribo - de 1994 a 2005

- Medalha de Agradecimento por Bons Serviços – 2009
- Medalha de Dedicção – 2004
- Louvor por Dedicção e Empenho – 2000

**Publicações**

Livro – “Hominis Aqua” – A comunidade Piscatória de Rabo de Peixe – ISBN978-989-20-5795-8

**Projetos**

Membro do Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Pescas dos Açores – Despacho 492/2016 de Sua Ex<sup>a</sup> o Presidente do Governo Regional.

Criador/ Coordenador do Festival do Caldo de Peixe (Promoção do Pescado dos Açores).

Coordenador do Seminário Anual – Mar, Gastronomia e Inovação.

**Seminários**

Participação em diversos seminários/ congressos/ apresentações regionais, nacionais e internacionais, no setor das Pescas.

**Interesses**

Guitarra Clássica - 3º Grau do Conservatório Regional de Ponta Delgada

Náutica de Recreio – Patrão Local - 2005

Caça – Carta de caçador (Regional) - 2003

Cinema e leitura.



**Vogal Não Executivo do Conselho de Administração****Pedro Filipe Correia Pacheco**

Nasceu a 17 de março de 1984 na Freguesia de São José, Ilha de São Miguel. É casado e tem um filho.

**Experiência Profissional****1-10-2008 a 19-08-2010****STAL – Sociedade Técnica Açoreana Lda**

Sector da Construção Civil e Obras Públicas.

Diretor de Obra Adjunto.

Responsabilidades na Gestão e Direção de Obras.

**1-09-2010 a 6-11-2017****Lotaçor S.A. – Serviço de Lotas dos Açores**

Sector da Gestão de Lotas e Entrepasto, Agro-Alimentar e Gestão de Portos de Pescas.

Técnico Superior.

Coordenação de Projetos; Acompanhamento/Fiscalização de Obras.

**7-11-2017 – Até à data****Gabinete do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia; Edifício do Relógio, Colónia Alemã (Horta)**

Administração Pública Regional.

Assessor Técnico.

Assessoria Técnica, Coordenação de Projetos, Acompanhamento/Fiscalização de Obras.

**1-01-2014 – 6-11-2017****Lotaçor S.A. – Serviço de Lotas dos Açores**

Sector da Gestão de Lotas e Entrepasto, Agro-Alimentar e Gestão de Portos de Pescas.

Técnico Superior de Segurança no Trabalho.

Corresponsável pela área da segurança no trabalho da empresa.

**Formação Académica e profissional****14-11-2006 a 21-07-2008****Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP).**

Seminários: Compensação de nivelamentos geométricos fechados pelo Método dos Mínimos Quadrados,  
Exploração de Modernas Plataformas de Visualização Geográfica.

Licenciatura Biotécnica em Engenharia Civil.

**23-09-2002 a 10-11-2006****Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)**

Seminário: Dimensionamento/proteção de pilar/viga já existentes – aço/betão/madeira, para R90.

Bacharelato em Engenharia Civil.

**27-09-2012 a 22-06-2013****Universidade dos Açores**

Análise de riscos, segurança no trabalho, avaliação de impacto ambiental, tecnologias ambientais, energia dos recursos naturais e ambientais.

Pós-Graduação em Ambiente Saúde e Segurança.

**17-09-2008 a 25-10-2008**

Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Curso Inicial de Formação Pedagógica de Formadores.

**22-07-2013 a 27-07-2013**

SGS

Auditor Interno de Segurança com base no referencial OHSAS 18001.

**Aptidões e Competências Pessoais**

Domínio do software Office (Word, Excel, Power Point) e do AutoCAD 2D.

Conceitos de Microsoft Project.

Inglês e Francês – Fluente

Carta de condução B1 e B.

**Aptidões e Competências sociais**

- Espírito/trabalho em equipa;

- Sentido de responsabilidade;

- Vogal da Direção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto nos mandatos de 2004, 2006 e 2007;

- Vice-presidente da Assembleia Geral da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto no mandato de 2008;
- Membro da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões da Lotaçor S.A. entre 2016 a 2017.

#### **Aptidões e Competências de Organização**

- Membro do Departamento Informativo da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia do Porto nos mandatos de 2006 e 2007;
- Formação interna sobre Planos de Emergência Internos, Avaliação de Riscos;
- Organização do evento de caridade "Rock for Charity" 1ª e 2ª.

#### **Informações Adicionais**

Acompanhamento de Obras Públicas em representação da Região Autónoma dos Açores:

#### **Empreitada de Ampliação do Porto de Pescas de Rabo de Peixe, Ilha de São Miguel**

Secretaria Regional do Ambiente e Mar/Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: agosto 2012 a julho 2014;

Valor: 14.025.000,01€ (S/IVA);

Molhe-Cais, Terrapleno, Pontes-Cais, Infraestruturas de Apoio Portuário, Dragagens

#### **Empreitada de Melhoramento da Operacionalidade do Porto da Povoação, Ilha de São Miguel**

Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: fevereiro 2013 a fevereiro 2015;

Valor: 3.485.000,01€ (s/IVA);

Quebra-Mar, Cais acostável, assinalamento marítimo, dragagens.

#### **Empreitada de Melhoramento da Operacionalidade do Porto de Pescas do Porto Judeu, Ilha Terceira**

Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: agosto 2012 a fevereiro 2014;

Valor: 892.000€ (s/IVA)

Molhe-Cais, rampa de varadouro, assinalamento marítimo

#### **Empreitada de Construção do Entreposto Frigorífico de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel**

Secretaria Regional dos Recursos Naturais/Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

Duração: abril 2014 a dezembro 2015;

Valor: 4.311.000,01€ (s/IVA).

Instalação Industrial de frio com câmara de conservação de congelados (1200T de capacidade), túneis de congelação, tanques de salmoura

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



**RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO**

Senhor acionista,

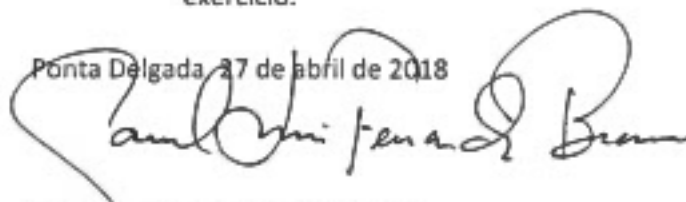
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto nas matérias a que se refere a Certificação legal das Contas com reservas emitida nesta data e que faz parte integrante deste relatório.
5. A Entidade encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, que exige que sejam desenvolvidas medidas que possam garantir a sua futura sustentabilidade financeira, sendo a concretização dessas medidas essenciais para salvaguardar a continuidade das operações e, conseqüentemente, da liquidação dos passivos, as quais exigem um esforço financeiro suplementar por parte do acionista único em disponibilizar os fundos financeiros necessários ou da revisão das condições financeiras contratadas com as instituições financeiras.

6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2018



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 39.985.224 euros e um total de capital próprio de 2.416.543 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.149.619 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no número 1 da secção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 2 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Como explicado na Nota 9 do Anexo, a subsidiária SANTA CATARINA, que é integralmente detida pela Entidade e incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral, está escriturada como investimento financeiro reduzido a zero. Os capitais próprios negativos ascendem a 18.588.439 euros em 31 de dezembro de 2017 (não corrigidos das reservas efetuadas na Certificação Legal das Contas emitida em referência a essa data), caso não estivessem beneficiados de 12.870.729 euros, montante que foi disponibilizado para financiamento das suas necessidades financeiras e que está evidenciado nas demonstrações financeiras como um ativo a receber classificado conforme a maturidade estabelecida com o acionista único. Na sequência do acumular de prejuízos, que neste período ascenderam a 1.463.959 euros, que não têm sido reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo facto de a Administração entender que estes serão atribuídos ao acionista único nos termos do acordo financeiro estabelecido, a subsidiária tem incumprido nas obrigações contratuais e fiscais, estando a sua capacidade de operar em continuidade dependente do apoio financeiro da Entidade, que sublinhe-se se tem endividado significativamente com o propósito de a financiar. Nestas circunstâncias, e tendo presente que existe uma decisão por parte do Governo Regional dos Açores de se proceder à sua eventual





alienação, não nos é possível determinar as potenciais imparidades e responsabilidades que a Entidade terá de ter de assumir.

2. As imparidades das contas a receber são determinadas com base em critérios económicos assentes na análise dos saldos que potenciam perdas esperadas na sua futura recuperação. Não obstante, as negociações que têm vindo a decorrer com clientes com saldos de antiguidade significativa e as diligências desenvolvidas com vista à sua boa cobrança, de cujo êxito consideramos depender a substancial realização destes ativos, observa-se que, apesar desses esforços continuados, subsistem saldos significativos que ultrapassam os prazos normais de cobrança no montante aproximado de 2.000 milhares de euros. Muito embora a Administração esteja convicta que esses saldos possam vir a ser integralmente recuperados, não existindo informação suficiente que permita aferir a forma da sua realização, nomeadamente dos fatores de desconto temporal a aplicar no apuramento do valor presente dos fluxos de caixa que se estimam receber, entendemos que o saldo das perdas por imparidade acumuladas das contas a receber deveria ser reforçado em 2.070 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

A Entidade encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, que exige que sejam desenvolvidas medidas que possam garantir a sua futura sustentabilidade financeira, sendo a concretização dessas medidas essenciais para salvaguardar a continuidade das operações. A constância de resultados operacionais negativos nos últimos anos e a necessidade de dotar as suas subsidiárias de fundos financeiros tem produzido efeitos fortemente negativos na tesouraria de exploração de tal forma que existe um desequilíbrio acentuado entre os ativos e passivos correntes em 31 de dezembro de 2017, cujo agravamento poder-se-á acentuar se não ocorrer a realização de créditos de razoável antiguidade e extensão que se encontram registados pelo seu valor nominal e se o desempenho operacional das subsidiárias continuar a ser insuficiente para compensar as suas necessidades financeiras. Nesta conformidade, a liquidação dos passivos está em alguma extensão dependente, para além da inversão dos resultados negativos, de um esforço financeiro suplementar por parte do acionista único em disponibilizar os fundos financeiros necessários ou da revisão das condições



financeiras contratadas com as instituições financeiras e, deste modo, se possa considerar apropriado o pressuposto da continuidade adotado na preparação das demonstrações financeiras, as quais não incluem qualquer ajustamento inerente a esta possibilidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Outras matérias**

1. As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade individual e irão ser também preparadas e aprovadas em separado demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira, o resultado das operações, as alterações no capital próprio e os fluxos consolidados de caixa da Entidade e das subsidiárias.
2. No contexto do processo de reestruturação do setor empresarial público, existe também a intenção de se proceder à extinção da subsidiária ESPADA PESCAS. O Conselho de Administração entendeu que não esperados encargos ou contingências com impacto material nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e, deste modo, não registou qualquer provisão para fazer face a este processo.
3. Em 27 de dezembro de 2018, foi realizada uma operação de aumento do capital social da Entidade por entrada de bens diferentes de dinheiro, no montante de 4.940.000 euros, cujo registo comercial apenas se concretizou em 2019.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2018



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)